



Raio-X do Inep

Desmonte e enfraquecimento institucional

Nota Técnica nº 004/2022

Sumário Executivo

Este relatório traz preocupantes achados que apontam para um desmonte progressivo da institucionalidade do INEP, respeitada instituição de estudos, produção de dados e avaliações educacionais do país. Como demonstrado, o que se vê é a inédita e profunda precarização do órgão na área de recursos humanos, de orçamento e de políticas públicas — combinado com uma postura de opacidade e de aversão ao diálogo.

- **Recursos Humanos**

Observa-se flagrante nomeação de dirigentes sem capacitação mínima para ocupar os cargos. De início, cabe observar que os presidentes do órgão nomeados pela gestão Bolsonaro **não possuem qualificação acadêmica ou histórico profissional na área de avaliação ou pesquisa educacional.**

A falta de qualificação também se repete nas posições das diretorias finalísticas do órgão. Dos 24 que ocuparam os cargos nas diretorias do órgão ao longo de três anos e quatro meses de análise, apenas 10 possuem experiência aderente às qualificações necessárias para o exercício da função. Preocupa o aumento do perfil de militares no órgão e de agentes ligados a grupos privados de educação, apontando para possíveis conflitos de interesse não mapeados pelo órgão. Também a altíssima rotatividade se repete nas nomeações para as diretorias: o tempo médio de um diretor no INEP na gestão Bolsonaro foi de 2 meses — para fins de comparação, nos 6 anos e 4 meses anteriores, na 1ª gestão Dilma e no governo Temer, apenas 16 diretores foram nomeados.

- **Orçamento**

Chama a atenção a **queda significativa do orçamento autorizado e executado nos anos de 2020 e 2021, em comparação com os anos da série histórica, a partir de 2012. A dotação autorizada do INEP em 2021 (de**

R\$1.170.211.717), por exemplo, foi a mais baixa desde 2012 e menos da metade do que a observada em 2014 (de R\$2.363.996.597), e **o valor pago de 2020 (R\$474.153.687) é menos da metade de todos os anos entre 2013 e 2019.** Conseqüentemente, os valores dedicados aos exames e avaliação da educação básica, e censo da educação básica e ensino superior sofreram também abruptas reduções, destoando da série histórica. O valor autorizado para o Censo Escolar da Educação Básica de 2021, por exemplo, representa 10% do valor total de 2013, ano com maior valor total autorizado, e 40% do valor de 2018, na gestão anterior do governo federal.

- **Opacidade e Falta de Diálogo**

O INEP suprimiu nos arquivos divulgados boa parte das informações pormenorizadas do **Censo Escolar**, a partir de uma interpretação reducionista da LGPD prejudicando, assim, pesquisas e formulação de políticas públicas que tomam como base estes microdados. O Censo da Educação Superior, tradicionalmente divulgado em uma coletiva de imprensa, foi apenas publicado no *site* em 2022 e não contou com o tradicional diálogo que sustenta uma maior publicização dos dados.

Além disso, o órgão passou a realizar a **avaliação *in loco* de cursos de graduação e de instituições de ensino superior** de forma virtual¹ em 2021, o que constitui uma novidade que impacta fortemente a supervisão do ensino superior (especialmente do setor privado), sem apresentar estudos ou justificativas técnicas para a mudança e análise dos impactos.

A realização do **SAEB 2021** foi atrasada e pode apontar que, pela primeira vez, o mínimo necessário de 80% de estudantes para a divulgação dos seus resultados não foi atingido. A não divulgação dos resultados do SAEB impede a

¹ Com exceção de cursos da área de saúde.

publicação dos resultados do IDEB e causa o encerramento da sua série histórica, o que dificulta monitoramento das políticas educacionais, além de impactar na alocação de recursos do FUNDEB.

- **Precariedade e Abstenção nas Avaliações**

No ENEM 2020, as taxas de abstenção chegaram a 55%, e no ENEM 2021, houve apenas 3 milhões de inscritos, em um exame que já contou com mais de 8,7 milhões de inscritos. Além disso, o exame de 2021 teve a maior proporção de inscritos brancos, a menor de pretos, pardos e indígenas, e a menor dos com renda abaixo de 1,5 salário mínimo dos últimos 10 anos. **O Banco Nacional de Itens está desatualizado:** é provável que a próxima edição do ENEM continue usando as questões do banco de itens de 2018, que já está no limite da escassez. Além disso, informações de 2019 apontam que 66 questões teriam sido censuradas² por uma Comissão do INEP criada pelo Presidente para que o exame fosse adaptado ideologicamente ao governo.

Na última edição do Enade em 2021, a taxa de abstenção quebrou recordes, sendo de 24,6%, bem acima da taxa de 2017 referente à última aplicação para áreas semelhantes, que foi de 16%. As **elevadas taxas de abstenção do ENCCEJA impressionam**, tanto para Ensino Médio (68,2%) como, principalmente, para Ensino Fundamental (84,2%). Os dados demonstram ainda que **essa abstenção é maior nos estados mais pobres**.

Tendo já gasto 1,5 milhão de reais nesta avaliação, o INEP comunicou a desistência da participação do Brasil no ***International Civic and Citizenship Education Study*** em razão da dificuldade do cumprimento do cronograma, causando um gasto desnecessário de dinheiro público (1,5 milhão de reais) e o constrangimento na comunidade internacional.

² <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2021/11/19/enem-com-a-cara-do-governo-e-mais-elitizado-as-polemicas-envolvendo-o-exame-de-2021.htm>

O Revalida teve sua qualidade comprometida durante a atual gestão do INEP: a indicação dos membros da Comissão responsável pela montagem das provas (CAAFM) ocorreu de forma atabalhoada, com médicos que não possuíam experiência prévia com o exame e não passaram por capacitação por falta de tempo hábil.

- **Clima de Desconfiança e Censura**

A censura do artigo “Avaliação Econômica do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa”³, que apontava para a descontinuidade do Programa na atual gestão - é apenas um sintoma do clima de desconfiança e autocensura no órgão. De acordo com a pesquisa “Dinâmicas organizacionais e bem-estar dos funcionários do INEP”⁴, quando questionados se concordavam com a **afirmação “minha organização está sendo atacada pelo governo federal”, mais de 80% dos servidores do INEP afirmaram concordar ou concordar totalmente**. Além disso, **quase 70% dos servidores concordaram ou concordaram totalmente que “existe um ambiente ameaçador no meu trabalho”**.

Institucionalmente, foi criada pelo Decreto 10.696, de 06 de maio de 2021⁵a **Assessoria de Governança e Gestão Estratégica (AGGE)**. Na prática, essa Assessoria interfere diretamente nos processos internos de diversas áreas, e, desviando-se das suas funções regimentais, exerce um controle hierárquico e com característica policialesca nas diretorias do INEP.

³ De autoria do servidor do INEP Alexandre Santos.

⁴ Relatório preliminar: https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2021/12/lotta_relatorio-preliminar-inep-1.pdf

⁵ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.696-de-6-de-maio-de-2021-318471899>

- **O Gabinete Compartilhado**

O Gabinete Compartilhado foi idealizado em 2019 pelo senador Alessandro Vieira e pelos deputados federais Felipe Rigoni e Tabata Amaral, com o objetivo de avaliar, analisar e/ou criar - de maneira técnica - ações conjuntas e matérias de interesse dos parlamentares e de relevância nas políticas públicas.

Índice

- 1. Introdução**
- 2. Recursos Humanos – Dirigentes e Corpo técnico**
- 3. Ações de governança**
- 4. Clima organizacional**
- 5. Orçamento**
- 6. Avaliações, pesquisas e coletas de dados**
 - 6.1. Censo e Microdados
 - 6.2. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)
 - 6.3. Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (REVALIDA)
 - 6.4. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)
 - 6.5. Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)
 - 6.6. Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)
 - 6.7. International Civic and Citizenship Education Study (ICCS)
 - 6.8. Estudos e pesquisas
- 7. Conclusão**
- 8. Anexo I - Estrutura Organizacional do INEP**

1. Introdução

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) com destaque de atuação em três áreas: avaliações e exames educacionais; coletas estatísticas e indicadores educacionais; e gestão do conhecimento e estudos educacionais. Criado em 1937, o INEP se tornou em 1997 uma autarquia federal (Lei nº 9.448, de 14/3/1997).

Entre as atividades do INEP estão a realização do Censo Escolar, do Censo da Educação Superior, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida), entre outros. Resumidamente, compete ao INEP mensurar e avaliar a qualidade da educação brasileira em todos os níveis, valendo-se de censos, avaliações e exames reconhecidos nacional e internacionalmente por sua qualidade técnica.

O INEP realiza avaliações e coleta dados que envolvem mais de 180 mil escolas, mais de 2,2 milhões de docentes e quase 50 milhões de estudantes de todos os municípios brasileiros. Estas atividades requerem alto nível de complexidade e conhecimento especializado, que se transformam em informações essenciais para a tomada de decisões dos gestores públicos dos três níveis de governo, e impactam inclusive na distribuição de recursos financeiros, como o Fundeb, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNAT) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Funcionamento interno do INEP

O INEP possui em sua estrutura interna seis diretorias específicas singulares⁶. São elas:

- a. **Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb):** responsável pelas avaliações da Educação Básica, como o Saeb e o Enem.
- b. **Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes):** tem entre suas competências a avaliação de instituições de educação superior, cursos de graduação e estudantes, e a realização de exames para o ensino superior.
- c. **Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed):** é responsável pelos levantamentos estatísticos e coleta sistemática de dados da educação básica e superior.
- d. **Diretoria de Estudos Educacionais (Direde):** desenvolve estudos relacionados a temas educacionais que apoiam, entre outras coisas, a avaliação de políticas públicas na área da educação.
- e. **Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Estudos Educacionais:** responsável por soluções na área de tecnologia da informação e comunicação.
- f. **Diretoria de Gestão e Planejamento (DGP):** responsável pelas atividades relacionadas a planejamento, orçamento, contabilidade, organização administrativa, entre outras.

Além disso, conta com os seguintes órgãos seccionais: Auditoria interna, Procuradoria Federal e Corregedoria. Os órgãos de assistência direta e imediata à presidência do INEP são: Gabinete, Ouvidoria, Assessoria de Comunicação Social e Assessoria de Governança e Gestão Estratégica. Finalmente, o INEP

⁶ De acordo com o Decreto 6.317, de 20/12/2007, que aprova a estrutura regimental do INEP, alterado pelo Decreto 10.696, de 06/05/2021. Para consultar o organograma da estrutura organizacional do INEP, ver Anexo I.

também possui um **Conselho Consultivo**, órgão colegiado que tem como competência manifestar-se sobre assuntos da alta gestão do órgão.

Organização e abordagem da nota técnica

O presente documento é estruturado em três partes: I) abordagem analítica acerca do perfil dos principais dirigentes do INEP, em especial Presidentes e Diretores, na gestão Bolsonaro em comparação com o primeiro governo Dilma e com o governo Temer além de análise de rotatividade do corpo técnico do Instituto na gestão Bolsonaro em comparação com gestões anteriores; II) análise orçamentária da autarquia, novamente traçando paralelos com o orçamento do INEP em gestões passadas; III) panorama de problemas e desacertos nas iniciativas e políticas públicas conduzidas pelo INEP nesta atual gestão.

Alinhado com a abordagem da estrutura da nota técnica, pode-se argumentar que a ideia do desmonte das instituições se expressa de várias maneiras. Primeiro, pelo descrédito de altos dirigentes, que não possuem qualificação adequada e experiência na área para responder aos enormes desafios institucionais, como é o caso do INEP na gestão Bolsonaro, conforme discorreremos nesta nota técnica. O desmonte também pode ser observado ao se desconsiderar a contribuição técnica de servidores altamente qualificados e, no caso do INEP, a ponto de haver um pedido coletivo de exoneração de quase 40 servidores de uma só vez ao final do ano passado. Este desmonte também se expressa no orçamento do INEP, bem mais reduzido nesta atual gestão em comparação com governos anteriores. Por fim, e como consequência, o ato final é o desmonte das políticas educacionais conduzidas pelo INEP, que serão abordadas em vários tópicos.

Na conclusão, destacamos a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 27/2021 como um caminho necessário para assegurar

autonomia técnica, administrativa, financeira, orçamentária e patrimonial às instituições responsáveis pela produção das estatísticas nacionais, das avaliações, da qualidade da educação e das análises das políticas públicas, dentre as quais o INEP. O INEP precisa ser preservado da imprevisibilidade e do casuísmo de dirigentes, especialmente dos que não apresentam a qualificação técnica necessária para conduzir um instituto tão complexo de estudos, produção de informações, e realização de avaliações, o que infelizmente vem acontecendo na gestão do governo Bolsonaro.

2. Recursos Humanos - Dirigentes e Corpo Técnico

Este capítulo analisa a capacidade técnica e a rotatividade do corpo funcional do INEP, com foco nos Presidentes, Diretores e Coordenadores-Gerais, e uma comparação com os dirigentes e quadros técnicos da autarquia dos últimos dez anos.

Em relação aos dirigentes do INEP, a análise de perfil foi feita considerando aspectos do currículo, como a formação, incluindo a pós-graduação, e as experiências anteriores de trabalho (no setor público ou privado, na área de educação ou não, e experiências prévias no MEC, por exemplo). O currículo dos dirigentes foi considerado à época, ou seja, apenas as experiências prévias à nomeação como presidente, diretor ou coordenador-geral do INEP foram levadas em consideração. Foi feita uma análise completa de todos os Coordenadores-Gerais, Diretores e Presidentes nomeados durante o governo Bolsonaro, e dos Diretores e Presidentes de governos dos últimos 10 anos, com foco no primeiro governo Dilma e no governo Temer.

A partir da análise detalhada abaixo, percebe-se que, no governo Bolsonaro, houve um aparelhamento ideológico do INEP a partir da nomeação desses dirigentes, sem qualificação apropriada e aderência técnica aos desafios do Instituto, como veremos a seguir.

a) Presidentes do INEP

Desde sua fundação, o INEP é uma autarquia respeitada e com presidentes que são referência em educação, avaliações educacionais e políticas públicas. A tradição de alta qualificação dos dirigentes, porém, foi quebrada pelo governo Bolsonaro, que nomeou presidentes sem a experiência adequada e de forma recorrente.

Na atual gestão, **três das quatro pessoas que ocuparam este cargo não possuem doutorado**, e destes três, dois possuem apenas graduação ou pós-graduação *lato sensu*. Em contraste, **todos os presidentes dos últimos dez anos de gestões anteriores possuem doutorado** e são amplamente respeitados no ambiente acadêmico – seja como professores, pesquisadores ou até mesmo reitores – com anos de experiência na área de pesquisa educacional em diversas instituições. Maria Inês Fini, por exemplo, presidente de 25/05/2016 a 14/01/2019, foi fundadora da Faculdade de Educação da UNICAMP, onde foi professora e pesquisadora. José Francisco “Chico” Soares, presidente de 12/02/2014 a 15/03/2016, tem pós-doutorado em educação e é professor e pesquisador na UFMG, sendo uma das maiores referências no país em avaliação educacional. **Os nomeados por Bolsonaro não são referências acadêmicas ou profissionais na área de avaliação ou pesquisa educacional.**

Além disso, é grave que todos os presidentes do INEP na gestão Bolsonaro sejam inexperientes e possuam pouca familiaridade nas áreas de atuação do INEP. A falta de qualificação para o cargo se faz visível na experiência profissional prévia. **O primeiro cargo no MEC de todos os presidentes do INEP da gestão Bolsonaro foi nesta mesma gestão**, ou seja, após 2018. É inesperado que dirigentes inexperientes como os nomeados pelo governo Bolsonaro façam gestões bem sucedidas à frente de um órgão com tamanha tecnicidade e complexidade.

Em governos anteriores, os nomeados sempre contaram com currículo forte na área de gestão pública e educação. É notável destacar algumas experiências dos perfis de ex-presidentes nas áreas de especialidade do INEP. **Malvina Tuttman**, à frente do órgão de 18/01/2011 a 06/02/2012, contribuiu na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro por quinze anos e é professora da universidade federal UNIRIO. **Luiz Cláudio Costa**, seu sucessor (07/02/2012-12/02/2014), foi membro do Conselho Nacional de Educação, vice-presidente do Comitê do PISA (*Program for International Student Assessment*) da OCDE e Secretário de Educação Superior no MEC antes de assumir o posto como presidente do INEP. **Luiz Roberto Liza Curi**, presidente de 16/03/2016 a 25/05/2016, foi Diretor Geral de Políticas de Educação Superior no MEC, além de ter sido membro do Comitê de Avaliação da OEA. **Maria Inês Fini** foi inclusive presidente do INEP pela segunda vez de 25/05/2016 a 14/01/2019. **Nenhum dos quatro presidentes nomeados na gestão Bolsonaro possui experiência prévia na área de políticas públicas e avaliação/pesquisas educacionais.**

O primeiro Presidente do INEP nomeado por Bolsonaro, **Marcus Rodrigues**, com doutorado em Engenharia de Produção pela UFRJ, construiu uma carreira fortemente voltada à consultoria, administração e negócios, sendo consultor dos Correios por 20 anos. **Elmer Vicenzi**, seu sucessor e Delegado da Polícia Federal desde 2006, é ex-diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e possui pós-graduação *lato sensu* em direito penal. Outro ex-Presidente, **Alexandre Ribeiro**, tem graduação em direito e engenharia civil e é servidor do Ministério da Economia desde 1999 na carreira de Analista de Comércio Exterior, tendo passagem em outros órgãos no setor público na área industrial. O mais recente, **Danilo Dupas**, trabalhou em cargos administrativos no Instituto Presbiteriano Mackenzie, e sua primeira experiência no setor público foi no governo Bolsonaro. Os quatro perfis contrastam claramente com os currículos de presidentes anteriores, renomados pesquisadores, experientes na

área de política educacional e especialistas em educação e avaliação. Não é razoável que presidentes com tamanha falta de *expertise* com as áreas de atuação do INEP sejam nomeados para assumir o cargo de maior visibilidade e poder neste órgão tão técnico.

Além da falta de qualificação técnica para o exercício da função dos presidentes do INEP da gestão Bolsonaro, é notável a **alta rotatividade do cargo, ocupado por quatro dirigentes em três anos e meio**. Para fins de comparação, durante o período de 2011-2018, portanto 7 anos, nas gestões Dilma e Temer, o INEP contou com cinco presidentes no total.

b) Diretores do INEP

Uma pesquisa recente da FGV sobre “Dinâmicas organizacionais e bem estar dos funcionários do INEP”⁷ deixa claro o impacto de chefias sem preparo no ambiente de trabalho do INEP e conseqüentemente nas políticas públicas, como a deslegitimação do saber técnico por parte de pessoas inexperientes, o assédio institucional, a censura, e o estabelecimento de processos estranhos ou mudança de regras. No caso da posição de diretores, é essencial que os dirigentes sejam qualificados para lidarem com os assuntos técnicos e complexos de cada diretoria, já que precisam tomar as melhores decisões baseadas em evidências e pesquisas. Vários dos diretores nomeados na gestão Bolsonaro, porém, possuem pouca ou nenhuma experiência nos temas de suas diretorias.

Diretoria de Avaliação da Educação Básica

No governo Bolsonaro, **sete pessoas passaram pelo cargo, ou seja, permaneceram uma média de 6 meses no cargo, no período de análise deste relatório** (janeiro de 2019 até abril de 2022, portanto 3 anos e 4 meses). Esta diretoria é, portanto, a mais afetada em termos de rotatividade. Não por acaso,

⁷ Relatório preliminar: https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2021/12/lotta_relatorio-preliminar-inep-1.pdf

políticas educacionais de responsabilidade da DAEB, como o ENEM e o SAEB, estão em risco. Para fins de comparação, enquanto nos 3 anos e meio de mandato de Bolsonaro sete diretores de avaliação de educação básica foram nomeados, no primeiro governo Dilma (4 anos de mandato) apenas três pessoas foram nomeadas e na gestão Temer (2 anos e 4 meses de mandato), uma pessoa foi nomeada para essa direção. Considerando que após assumir o cargo há um tempo necessário de aprendizado para exercê-lo plenamente, é de se esperar que a maioria dos diretores nomeados tenha sido impossibilitado de efetivamente se adequar e contribuir com a Diretoria. Por ser uma diretoria tão centralmente estratégica para o órgão e para as pesquisas em educação, a nomeação de seus dirigentes deve ser tratada com seriedade e responsabilidade.

A DAEB sofreu não apenas com a rotatividade, mas também com a **falta de qualificação dos seus dirigentes**. Apenas um dos diretores nomeados é servidor do INEP, e os perfis impressionam negativamente. O dirigente que permaneceu no cargo durante o maior período de tempo é inexperiente na área de especialidade do INEP, e possui o currículo voltado à área da defesa, sendo General do Exército. O quadro em questão nunca havia trabalhado com educação antes de assumir o posto, nem possuía qualquer formação na área. Na gestão deste diretor começaram a ser instituídas as comissões paralelas para a revisão e adequação ideológica de itens do ENEM ao governo Bolsonaro, com perigo para o sigilo e qualidade da prova e a exoneração de servidores que atuavam nesta área. Outros dois ex-diretores também são militares que repercutiram na imprensa por não possuírem nenhuma experiência com educação. Um deles, antes de assumir o cargo de diretor da DAEB, era apresentador de um programa de segurança⁸, e outro, Coronel das Forças Armadas, se formou e trabalhou toda sua carreira na área de Ciências Aeronáuticas. A atual diretora da DAEB, por sua

⁸ Brasil Caminhoneiro - Segurança com Garonçe: <http://brasilcaminhoneiro.com.br/tag/seguranca-e-aqui-com-garonce/>

vez, fez sua carreira na Agência Espacial Brasileira, e a primeira experiência no MEC foi em 2021, não tendo acumulado nenhuma experiência prévia na área de avaliação e pesquisa educacional. É ilógico que, em uma autarquia com servidores e colaboradores qualificados, quadros sem experiência e conhecimento necessários assumam postos de chefia em uma pasta de alta complexidade como a DAEB.

Novamente com o objetivo de demonstrar como alguns dos perfis nomeados na gestão Bolsonaro destoam historicamente do que é usual no INEP, é possível traçar uma comparação entre os diretores da DAEB desta gestão e das gestões Dilma e Temer. No primeiro governo Dilma, a primeira diretora nomeada para a DAEB possuía uma extensa carreira como professora e pesquisadora em universidades públicas como UNIRIO e era especialista em estatística aplicada à saúde e educação. Além disso, os outros dois diretores nomeados eram servidores de carreira do INEP com ampla experiência na área de políticas públicas e educação. No governo Temer, apenas uma diretora foi nomeada, também servidora de carreira do INEP e com mestrado em educação.

Diretoria de Avaliação da Educação Superior

Durante o período da gestão Bolsonaro, 4 pessoas passaram por essa diretoria. Assim como em outros espaços estratégicos de articulação com o ensino superior, que lidam com diversos interesses políticos e econômicos especialmente partindo de instituições e mantenedoras privadas do ensino superior, **este cargo é atualmente ocupado por um dirigente com ligações com a instituição de ensino superior privada do grupo Mackenzie** e outras do setor privado, como Kroton e Unip, tendo trabalhado nestas instituições em **cargos administrativos**. Além disso, ele não **acumulava nenhuma experiência no setor público antes da gestão Bolsonaro**. Alerta-se ao alto número de nomeados da mesma instituição e do mesmo grupo econômico—no caso da

gestão de educação no governo Bolsonaro, do grupo educacional Mackenzie⁹– e os eventuais riscos de conflitos de interesse na pasta. O fenômeno da "portagiriária" no setor público, caracterizado por pessoas que em sua passagem pelo serviço público regulamentam os mesmos grupos privados onde trabalharam e possivelmente trabalharão novamente, faz-se muito presente no perfil dos gestores da área de ensino superior do governo Bolsonaro. A autonomia, confiabilidade e capacidade técnica não podem ser colocadas em dúvida em uma área tão estratégica como a DAES.

No primeiro governo Dilma, apenas uma diretora foi nomeada para a DAES, o que assegura maior estabilidade e segurança na condução das atividades. A então nomeada possuía doutorado em educação e uma ampla experiência na área, tendo sido professora e pesquisadora de universidades públicas e trabalhado na gestão de educação em governos municipais, estaduais e federais. No governo Temer, três pessoas foram nomeadas, todas com experiência prévia no INEP.

Diretoria de Estudos Educacionais

Essa diretoria é responsável pela elaboração dos estudos e pesquisas do INEP, e também sofreu com a alta rotatividade no governo Bolsonaro: **cinco diretores ocuparam o cargo** até agora. Ainda assim, **três dos cinco diretores não possuem experiência prévia com educação ou formação na área**, tendo trabalhado pela primeira vez na área educacional já como diretores da DIREDE. Por estes motivos, é difícil esperar que sejam especialistas em avaliação ou pesquisa educacional e possam coordenar com excelência essa diretoria. Nenhum dos diretores nomeados é servidor do INEP.

⁹ Representantes do grupo Mackenzie já assumiram no INEP cargos de presidência, chefia de gabinete e de direção da DAES, além de ocupar assento no Conselho Consultivo.

Usualmente, em outros governos, apenas pessoas com adequado perfil técnico ocupavam cargos de dirigentes da DIRED que exigem um conhecimento especializado de áreas que vão de políticas públicas a a uso e análise de *softwares* estatísticos, mas, na gestão Bolsonaro, os perfis de diretores da DIRED são incompatíveis com a tecnicidade e com a importância dessa diretoria.

No primeiro governo Dilma, todos os diretores possuíam pelo menos doutorado. Todos tinham ampla experiência em pesquisa, sendo professores de universidade e orientadores de pós-graduação *stricto sensu*.

Uma alta gestão desqualificada em uma diretoria de pesquisa e estudos representa um desmonte institucional sem precedentes. Na DIRED do governo Bolsonaro, houve casos de censura de pesquisas, tentativa de controle dos servidores por parte da alta gestão, a criação, através do aprendizado informal, de um ambiente de trabalho com autocensura, receio e controle internalizado e a redução da autonomia e prestígio dessa diretoria, com tanto potencial de impacto, como explorado no capítulo “Estudos e pesquisas”.

Além disso, a partir de informações internas, há sinalizações de que os diretores inexperientes não possuem consciência da magnitude do trabalho dessa diretoria, com intenções de, por exemplo, querer transformá-la em uma consultoria interna para outras diretorias ou de diminuir seu protagonismo e de transferir algumas das incumbências para o MEC.

Diretoria de Estatísticas Educacionais

Essa é a única diretoria onde o nomeado é proveniente da gestão anterior, especialista com anos de experiência em estatísticas educacionais e com formação na área. Não à toa, as políticas educacionais conduzidas por essa diretoria, como os censos escolares, tiveram estabilidade e regularidade.

Apesar de manter um diretor técnico e qualificado como dirigente, com muitos anos de contribuição ao INEP, de acordo com informações internas esta diretoria sofre com práticas de assédio institucional e com falhas de gestão a partir da interferência de pessoas externas. Em um dos casos, por exemplo, a chefia de gabinete do INEP entrevistou, em formato extraoficial e semelhante ao de depoimentos, todos os servidores desta diretoria, gerando intimidação e constrangimento coletivos. O procedimento não gerou nenhum relatório e não teve seus objetivos e motivos esclarecidos. O desmonte do INEP, como será explorado neste relatório, se dá de várias formas, de modo que não se pode afirmar que esta diretoria, por exemplo, pôde funcionar de forma autônoma apenas porque o dirigente qualificado e experiente foi mantido. Assim, tal qual em outras diretorias, também observamos na Diretoria de Estatísticas Educacionais episódios de constrangimento em relação ao clima organizacional.

Chefia de Gabinete

Na chefia de gabinete, órgão de assessoramento direto e imediato ao presidente do INEP, seis pessoas passaram pelo cargo na gestão Bolsonaro. **Três destes não possuíam experiência prévia com educação, enquanto outros dois nunca haviam trabalhado no setor público antes do governo Bolsonaro.** Estes dois últimos trabalharam por anos em cargos administrativos no grupo Mackenzie e outras instituições presbiterianas e possuem pós-graduação *lato sensu* em áreas não relacionadas à educação. Um dos nomeados, inexperiente na área da educação, construiu toda a sua carreira voltada à área militar e, outro, apesar de ser servidor público, é da carreira de analista de comércio exterior, portanto não relacionada com o trabalho desempenhado pelo INEP.

Em relação à quantidade de nomeados, **o 1º governo Dilma e a gestão Temer juntos tiveram seis chefes de gabinete, número total até o momento de dirigentes da chefia de gabinete no governo Bolsonaro.** Também nestes

governos, entre as experiências dos chefes de gabinete estão docência e pesquisa em universidades, experiências prévias no MEC e em Secretarias de Educação. O perfil de dirigentes do INEP no governo Bolsonaro, independentemente da área, é inédito negativamente e controverso, assim como se mostra na chefia de gabinete.

Diretoria de Gestão e Planejamento

Os quatro diretores que estiveram à frente da DGP no governo Bolsonaro, apesar de possuírem experiência com gestão, **não possuíam qualquer experiência prévia com educação. Estes diretores construíram suas carreiras nas áreas de finanças e orçamento público**, sendo um contador da Secretaria do Tesouro Nacional, outro Analista Tributário da Receita Federal, um terceiro servidor na área de orçamento e por último um Auditor Federal de Finanças da CGU. Apesar de todos terem trabalhado majoritariamente no setor público, nenhum trabalhou previamente com educação ou possui formação na área.

Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais

A DTDIE foi fortemente afetada pelo conturbado clima organizacional do INEP, especialmente em relação à sobrecarga e *burnout* dos servidores, ao passo que inclusive o cargo de direção e substituto do diretor ficou vago no final de 2021 devido a exoneração a pedido de ambos. Durante a gestão Bolsonaro, a DTDIE contou com três diretores, em um período de apenas 3 anos e 5 meses, também demonstrando uma alta rotatividade.

c) Coordenadores-gerais do INEP

Na “debandada de servidores do INEP”, da qual participaram 37 servidores em novembro de 2021¹⁰, poucas semanas antes do ENEM, coordenadores-gerais

¹⁰ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/11/09/inep-entenda-a-crise-no-orgao-responsavel-pelo-enem-e-como-isso-pode-impactar-o-exame.ghtml>

de diversas diretorias pediram exoneração, afetando a capacidade de funcionamento das mesmas. Além dessa dificuldade, também encontramos, apesar de que em menor quantidade em comparação com os cargos de diretoria, perfis inadequados e inexperientes nas coordenadorias-gerais do INEP durante a gestão Bolsonaro. Destacamos abaixo alguns destes perfis e a distribuição de servidores por coordenadoria que participaram do pedido coletivo de exoneração.

Em relação à debandada de servidores, na área de exames para certificação, três pessoas pediram exoneração, incluindo o coordenador-geral substituto. Na área de infraestrutura e serviços, o coordenador-geral e o coordenador-geral substituto pediram exoneração. Na coordenadoria responsável pelo Enade, três coordenadores-gerais substitutos pediram exoneração, assim como o coordenador de Instrumentos de Avaliação. Na coordenadoria-geral do Desenvolvimento da Aplicação, nove servidores pediram exoneração.

Na Coordenação-Geral de Instrumentos e Medidas Educacionais, parte integrante da Diretoria de Estudos Educacionais, houve um pedido de exoneração na debandada de servidores. Além disso, nessa coordenadoria, um perfil de coordenador-geral chama a atenção. O segundo coordenador-geral de Instrumentos e Medidas na gestão Bolsonaro, que atuou em 2019, e que não fez parte da debandada coletiva, não possui qualquer experiência com educação, avaliação ou pesquisa educacional, tendo construído toda sua carreira na área de engenharia de produção. Já na Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, Aquisições e Convênios, o coordenador-geral, que atuou no INEP em 2019, construiu toda sua carreira no Ministério da Defesa.

Em relação à Coordenação-Geral de Logística da Aplicação, responsável pela logística de aplicação dos exames, o coordenador-geral pediu demissão

duas semanas antes da realização do ENEM de 2021. Em seu lugar, foi nomeada uma coordenadora-geral da carreira de Policial Rodoviário Federal. A servidora nunca trabalhou com gestão de educação ou aplicação de exames, já que toda a sua carreira foi construída no Departamento de Polícia Rodoviária Federal. É preocupante que a logística tão complexa de exames como o ENEM sejam de responsabilidade de pessoas sem experiência ou formação na área para a qual foram designadas. Nessa coordenadoria, sete pessoas pediram exoneração na debandada de servidores de novembro do ano passado, incluindo dois coordenadores-gerais substitutos.

A área de licitações e contratos, em um órgão como o INEP que aplica exames de larga escala, é bastante estratégica. O perfil do dirigente da Coordenação responsável por essa área preocupa. A primeira experiência do atual coordenador-geral no setor público (e conseqüentemente no MEC) foi no governo Bolsonaro. Todas suas experiências profissionais anteriores foram na área jurídica, administrativa e direito empresarial no setor privado. Seu primeiro cargo no setor público, no governo Bolsonaro, foi como Coordenador de Políticas Ambientais da FUNAI. Este quadro não é o único coordenador-geral do INEP que, tendo atuado na FUNAI no governo Bolsonaro, foi logo em seguida nomeado para um cargo estratégico no INEP. Nessa coordenadoria, seis pessoas, incluindo dois coordenadores-gerais substitutos, pediram exoneração coletiva de seus cargos na debandada de novembro de 2021.

Na Coordenação-Geral de Gestão Administrativa, dois perfis de coordenadores-gerais chamam a atenção. Um deles é servidor da ANATEL da carreira de Especialista em Regulação dos Serviços Públicos de Telecomunicações, não tendo trabalhado anteriormente no INEP e MEC. Além disso, o coordenador-geral atual, formado em direito, tem suas experiências anteriores voltadas à área jurídica e de consultoria. No governo Bolsonaro, foi

nomeado anteriormente como Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos Sociais da FUNAI. Esta é sua primeira experiência no INEP e no MEC.

Na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, o atual coordenador-geral nomeado para a COGEP é servidor federal da carreira de Assistente Técnico Administrativo do Ministério da Fazenda, e não possui qualquer experiência prévia com gestão de pessoas. A coordenadora-geral que o antecedeu pediu exoneração na debandada de servidores de novembro do ano passado, junto com outros dois servidores desta coordenadoria.

3. Ações de governança

O regimento interno do INEP foi revisto pelo Decreto 10.696, de 06 de maio de 2021¹¹, que criou a **Assessoria de Governança e Gestão Estratégica (AGGE)**. Dentre as suas competências, notamos, por exemplo, a de coordenar e supervisionar o planejamento estratégico institucional; monitorar a execução dos projetos estratégicos; coordenar a sistematização dos indicadores; tratar de atividades relacionadas à inovação de processos e ao desenvolvimento organizacional; coordenar a prestação de contas anual do Inep aos órgãos de controle; promover a capacitação contínua e o compartilhamento de melhores práticas de governança, de gestão estratégica, de integridade, de gerenciamento de riscos, de ética e de controle.

Na prática, porém, essa Assessoria criada no governo Bolsonaro interfere diretamente nos processos internos de diversas áreas e, desviando-se das suas funções regimentais, exerce um controle hierárquico nas diretorias do INEP. A governança democrática e relacional, em aliança com a comunidade de políticas públicas, realmente necessária no INEP, é ignorada pela gestão de educação no governo Bolsonaro, e ao invés disso, usa-se uma narrativa de eficiência na gestão

¹¹ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.696-de-6-de-maio-de-2021-318471899>

para implementar processos e estruturas de controle, como acontece com a AGGE. A partir de informações internas, é possível dizer que a Assessoria de Governança e Gestão Estratégica teria extrapolado suas funções, que indevidamente supervisiona as diretorias do Instituto, ora bloqueando informações, ora retardando a tomada de decisão, ignorando os alertas técnicos, e até mesmo ameaçando de forma velada os servidores de carreira, e interferindo indevidamente junto às coordenações¹².

A governança deveria ser vista como um conjunto de ações que definem as responsabilidades e ajudam a desenhar os processos para tomadas de decisão, e não como mecanismo de controle hierárquico e desmesurado que prejudique o trabalho desempenhado pelos responsáveis das atividades. A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do INEP, por exemplo, teria sido um dos principais alvos da ingerência da AGGE, sendo utilizada como corrente de transmissão das medidas persecutórias a servidores. É importante observar que regimentalmente a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas responde à Diretoria de Gestão e Planejamento (DGP), e não a AGGE.

Ao invés de um controle excessivo e atuação indevida junto às diretorias, vários especialistas recomendam que haja no INEP uma estrutura de governança para apoio à realização das avaliações de responsabilidade do Instituto¹³. Sugere-se, portanto, a criação de um Comitê de Governança das Avaliações, que garanta previsibilidade, transparência e contínuo aperfeiçoamento, com a participação de representantes do MEC, Inep, Conselho Nacional de Educação, Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e de entidades representativas de

¹² Por exemplo, controle excessivo pela AGGE, atuando como superior hierárquico da COGEP – em abuso de poder –, na revisão reiterada do modelo do Plano de Desenvolvimento de Pessoal, desconsiderando mesmo o modelo do Ministério da Economia sobre a matéria. Observamos também que a AGGE interveio, de forma recorrente, para impedir a publicação das portarias de exoneração de servidores até que houvesse indicação pela COGEP/DGP de substituto a ser nomeado simultaneamente, deixando por muito tempo estes servidores em situação de desconforto.

¹³ Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP n.5/2022, de 14 de março de 2022

instituições federais de educação superior, além de especialistas em currículo e avaliação e de associações científicas. Esta seria uma estrutura de governança de apoio às tomadas de decisão com a participação dos principais representantes da comunidade de políticas públicas no tema da avaliação educacional, envolvidos na definição e interpretação de problemas e identificação de soluções, portanto em sintonia com os objetivos e desafios do INEP, em contraponto a uma estrutura de governança atualmente em exercício no INEP, por intermédio da AGGE, que exerce um papel exacerbado de controle hierárquico e, por vezes, persecutório.

4. Clima organizacional

Em novembro de 2021, 37 servidores do INEP pediram exoneração devido ao assédio institucional no órgão, escancarando o grave clima organizacional que afeta o INEP e outras instituições no governo Bolsonaro. A tentativa de desconstrução do Estado através do assédio, ataque e perseguição estruturada a servidores públicos, tem sido a norma na atual gestão e chamou a atenção de diversos pesquisadores. Em uma das pesquisas, “Dinâmicas organizacionais e bem-estar dos funcionários do INEP”¹⁴, professores da FGV e Insper coletaram a percepção de 152 servidores do INEP sobre o precário clima organizacional presente no órgão na gestão Bolsonaro. Destacamos abaixo algumas das conclusões do estudo.

Percepção de ataque ao INEP

Quando questionados se concordavam com a **afirmação “minha organização está sendo atacada pelo governo federal”**, mais de **80% dos servidores do INEP afirmaram concordar ou concordar totalmente**. A perspectiva de ataque ao órgão é explorada nesta nota técnica a partir do ataque

¹⁴ Relatório preliminar: https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2021/12/lotta_relatorio-preliminar-inep-1.pdf

a políticas públicas, ao orçamento do órgão, ao corpo técnico, à qualidade de dirigentes, entre outros. Independentemente do método ou da área atacada, é quase consensual entre os servidores do INEP que o órgão está sofrendo tentativas de desmonte e ofensivas do governo federal, conforme demonstrado nas respostas dos servidores.

Diminuição da autonomia do INEP

Em relação à autonomia do Instituto, **mais de 85% dos servidores pesquisados concordaram ou concordaram totalmente com a afirmação “o governo atual interfere na autonomia das práticas do INEP”**. Considerando apenas os participantes que concordam totalmente, a porcentagem chega a surpreendentes 70%.

Insegurança psicológica

Quase 70% dos servidores concordaram ou concordaram totalmente que “existe um ambiente ameaçador no meu trabalho”, e mais 20% concordaram um pouco com a afirmação, demonstrando um baixo nível de segurança psicológica no INEP. O ataque e assédio moral levam à autocensura e silenciamento frente a situações de confronto, já que casos emblemáticos de humilhação criam uma insegurança psicológica generalizada nos servidores e no ambiente de trabalho. Em um órgão de estudos e políticas de avaliação, a insegurança psicológica é particularmente negativa, pois torna o ambiente inoportuno a análises críticas.

Burnout

Em relação ao esgotamento psicológico em decorrência do trabalho no Instituto, **55% dos participantes concordam ou concordam totalmente com a declaração “sinto-me emocionalmente esgotado(a) pelo meu trabalho”**. O *burnout* e adoecimento dos servidores é consequência também do assédio moral

e do clima hostil no Instituto, além da sobrecarga de trabalho, dada a instabilidade institucional e carência de recursos.

Os achados do estudo “Dinâmicas organizacionais e bem-estar dos funcionários do INEP” demonstram como o INEP e a autonomia do órgão estão sendo impactados negativamente, assim como estão ameaçados a segurança psicológica e o bem-estar dos servidores que compõem o INEP. O clima organizacional, que influencia a boa execução de políticas públicas, foi particularmente precarizado na atual gestão do governo federal, e a percepção quase consensual dos servidores do INEP sobre este tema apoia essa conclusão.

5. Orçamento

Para tratar do desmonte das instituições no Governo Bolsonaro é fundamental analisar a execução orçamentária. **No caso do INEP, chama a atenção a queda significativa do orçamento autorizado e executado nos anos de 2020 e 2021, em comparação com os anos da série histórica, a partir de 2012.** Em consequência, as ações orçamentárias mais relevantes, que tratam da missão finalística do INEP (como realização de censos e exames/avaliações) tiveram quedas orçamentárias substantivas em 2020 e 2021, como pode ser observado nas tabelas abaixo. Assim, somada à precariedade da formação do quadro de dirigentes do INEP na gestão Bolsonaro e à alta rotatividade no preenchimento dos cargos, observamos também um desmonte na execução orçamentária. Além do orçamento geral do INEP, selecionamos na análise abaixo as ações “Exames e Avaliação da Educação Básica”, “Censo Escolar da Educação Básica”, e “Censo da Educação Superior”.

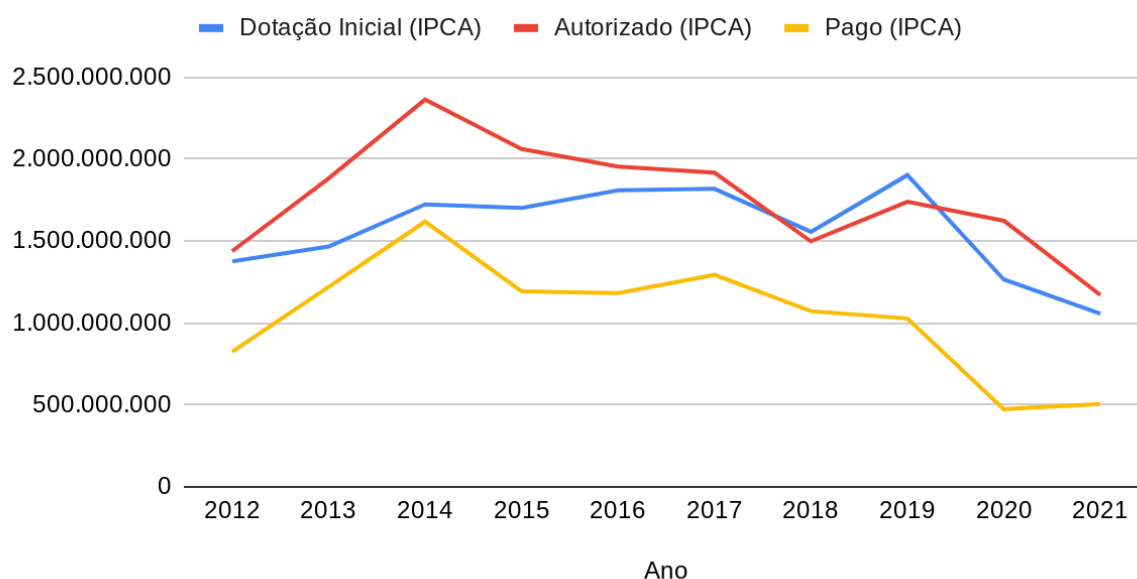
Execução Orçamentária – INEP (valores corrigidos IPCA)

Exercícios financeiros de 2012 a 2021

Ano	Dotação Inicial (IPCA)	Autorizado (IPCA)	Pago (IPCA)	% Pago/valor autorizado
2012	1.376.483.713	1.438.734.075	824.619.266	57%
2013	1.466.296.647	1.883.103.568	1.219.381.691	65%
2014	1.724.190.771	2.363.996.597	1.618.730.896	68%
2015	1.701.444.825	2.061.647.989	1.193.495.895	58%
2016	1.809.820.638	1.954.501.265	1.181.932.176	60%
2017	1.818.581.619	1.917.442.461	1.293.964.924	67%
2018	1.556.619.422	1.498.812.610	1.072.077.534	72%
2019	1.902.607.648	1.740.353.311	1.027.899.350	59%
2020	1.265.355.149	1.623.891.063	474.153.687	29%
2021	1.056.950.829	1.170.211.717	505.429.990	43%

Fonte: Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Núcleo de Suporte Técnico, Gestão da Informação Orçamentária e Siga Brasil

Execução Orçamentária – INEP (valores corrigidos IPCA) Exercícios financeiros de 2012 a 2021



Em relação à tabela acima, pode-se fazer alguns destaques:

- 1) A dotação autorizada do INEP em 2021 (R\$1.170.211.717) não somente foi a mais baixa desde 2012 (R\$1.438.734.075), como foi menos da metade do que a observada em 2014 (R\$2.363.996.597);
- 2) Quanto aos valores totais pagos, os anos de 2020 (R\$474.153.687) e 2021 (R\$505.429.990) tiveram a execução mais baixa desde 2012 (R\$824.619.266);
- 3) O valor pago de 2020 (R\$474.153.687), por exemplo, é menos da metade de todos os anos entre 2013 e 2019.

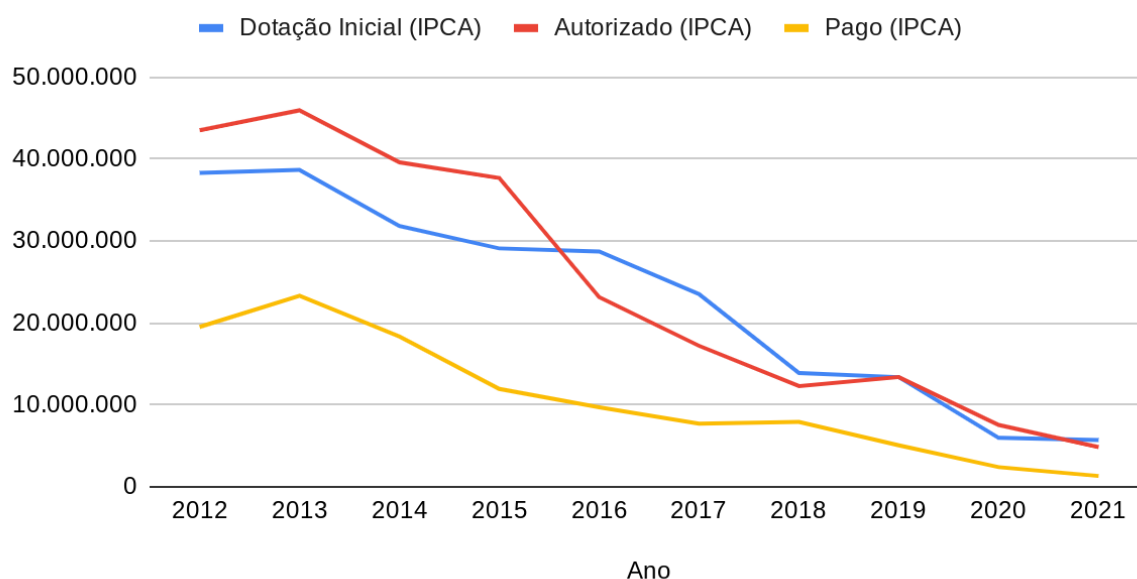
**Ação 20RM – Exames e Avaliação da Educação Básica (valores corrigidos
IPCA)**

Exercícios financeiros de 2012 a 2021

Ano	Dotação Inicial (IPCA)	Autorizado (IPCA)	Pago (IPCA)	% Pago/valor autorizado
2012	846.512.261	835.310.647	529.713.749	63%
2013	930.418.581	1.298.730.439	888.433.796	68%
2014	743.708.190	1.184.595.988	984.241.873	83%
2015	782.713.380	1.241.581.115	694.854.562	56%
2016	726.880.470	1.432.890.606	861.378.843	60%
2017	1.295.070.558	1.411.435.662	920.913.628	65%
2018	998.277.633	976.366.963	701.327.805	72%
2019	1.441.902.814	1.279.941.151	723.332.458	57%
2020	965.757.619	1.008.088.645	238.899.162	24%
2021	814.075.734	806.360.180	285.895.229	35%

Fonte: Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Núcleo de Suporte Técnico, Gestão da Informação Orçamentária e Siga Brasil

Ação 20RM – Exames e Avaliação da Educação Básica (valores corrigidos IPCA) Exercícios financeiros de 2012 a 2021



Em relação à tabela acima, pode-se fazer alguns destaques:

- 1) Os valores pagos nos anos de 2020 (R\$238.899.162) e 2021 (R\$285.895.229) foram muito abaixo do observado nos anos anteriores, chegando a ser bem menos da metade em relação a vários anos, como 2013 (R\$888.433.796), 2014 (R\$984.241.873), 2016 (R\$861.378.843), 2017 (R\$920.913.628) e 2018 (R\$701.327.805);
- 2) No ano de 2020, em relação aos valores autorizados, o valor pago (R\$238.899.162) é apenas 24% do autorizado (R\$1.008.088.645), comparando com o ano de 2018, em que 72% do valor autorizado (R\$976.366.963) foi devidamente pago;
- 3) No ano de 2021, em relação aos valores autorizados, o valor pago é apenas aproximadamente um terço do autorizado;
- 4) Em todos os anos anteriores a 2022, os valores pagos sempre foram pelo menos acima da metade do autorizado. Em 2014, por exemplo, foi acima de 80%.

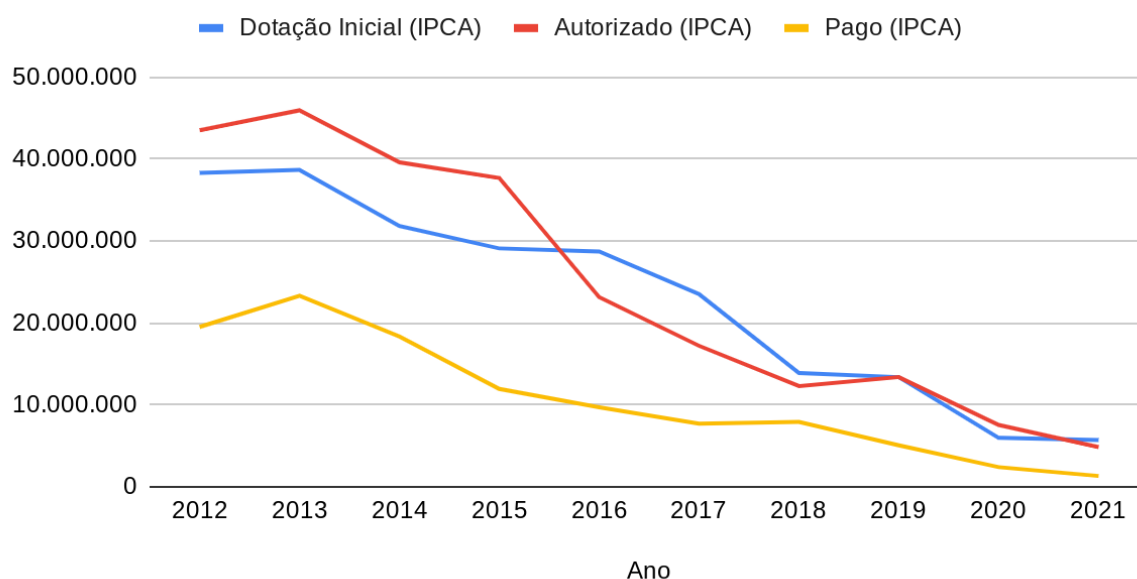
Ação 4014 - Censo Escolar da Educação Básica (valores corrigidos IPCA)

Exercícios financeiros de 2012 a 2021

Ano	Dotação Inicial (IPCA)	Autorizado (IPCA)	Pago (IPCA)	% Pago/valor autorizado
2012	38.312.787	43.518.374	19.525.489	45%
2013	38.684.062	45.952.494	23.310.886	51%
2014	31.841.896	39.614.247	18.352.966	46%
2015	29.110.672	37.698.006	11.948.011	32%
2016	28.721.967	23.159.961	9.700.206	42%
2017	23.524.651	17.221.870	7.698.790	45%
2018	13.890.725	12.302.366	7.930.936	64%
2019	13.385.228	13.385.228	5.065.828	38%
2020	5.974.831	7.550.498	2.401.550	32%
2021	5.709.000	4.840.178	1.326.489	27%

Fonte: Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Núcleo de Suporte Técnico, Gestão da Informação Orçamentária e Siga Brasil

Ação 4014 - Censo Escolar da Educação Básica (valores corrigidos IPCA) Exercícios financeiros de 2012 a 2021



Em relação à tabela acima, pode-se fazer alguns destaques:

- 1) Os valores autorizados de 2020 (R\$7.550.498) e 2021 (R\$4.840.178) são bastante inferiores aos dos anos anteriores. O valor autorizado de 2021 representa, por exemplo, 10% do valor do ano de 2013 (R\$45.952.494), ano com maior valor total autorizado, e 40% do valor de 2018 (R\$12.302.366), na gestão anterior do governo federal;
- 2) Em 2020 e 2021 os valores autorizados (R\$7.550.498 e R\$4.840.178, respectivamente) foram muito baixos, em comparação com os anos anteriores, ainda assim os valores pagos foram menos da metade (32% e 27%, respectivamente) daquilo que foi autorizado (R\$2.401.550 e R\$1.326.489, respectivamente);

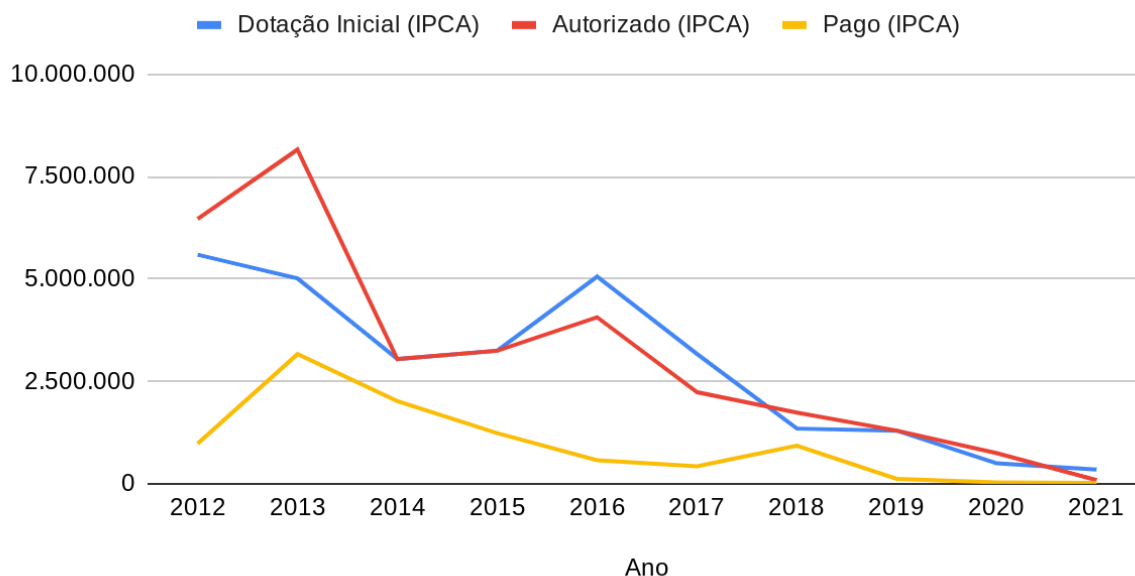
Ação 6503 – Censo da Educação Superior (valores corrigidos IPCA)

Exercícios financeiros de 2012 a 2021

Ano	Dotação Inicial (IPCA)	Autorizado (IPCA)	Pago (IPCA)	% Pago/valor autorizado
2012	5.594.029	6.465.313	979.736	15%
2013	5.014.591	8.159.809	3.167.299	39%
2014	3.047.378	3.047.378	2.016.296	66%
2015	3.249.201	3.249.201	1.239.189	38%
2016	5.057.805	4.065.612	573.628	14%
2017	3.170.981	2.236.720	427.595	19%
2018	1.347.742	1.739.184	930.066	53%
2019	1.298.696	1.298.696	122.567	9%
2020	499.538	747.937	33.325	4%
2021	346.254	89.442	21.564	24%

Fonte: Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Núcleo de Suporte Técnico, Gestão da Informação Orçamentária e Siga Brasil

Ação 6503 – Censo da Educação Superior (valores corrigidos IPCA) Exercícios financeiros de 2012 a 2021



Em relação à tabela acima, pode-se fazer alguns destaques:

- 1) Os valores autorizados de 2020 (R\$747.937) e 2021 (R\$89.442) são bastante inferiores aos dos anos anteriores, e chama a atenção o valor muito pequeno autorizado em 2021;
- 2) Os valores pagos de 2020 (R\$33.325) e 2021 (R\$21.564) são bastante inferiores aos dos anos anteriores, alterando abruptamente a série histórica.

6. Avaliações, estudos e coletas de dados

6.1. Censo e Microdados

Censo da Educação Superior

O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Inep, é o instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre as instituições de educação superior (IES). O Censo coleta informações sobre a infraestrutura das IES, vagas oferecidas, candidatos, matrículas, ingressantes, concluintes e docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa. Trata-se de um universo de quase 2,5 mil instituições de ensino superior, e mais de 8,6 milhões de matrículas.

Em 18 de fevereiro de 2022, o INEP divulgou os resultados do Censo da Educação Superior, somente por meio da publicação dos resultados do levantamento em seu *site* e do envio de *release* a jornalistas cadastrados em seu *mailing*. Diferentemente de anos anteriores, o INEP não informou previamente aos jornalistas sobre a divulgação do levantamento, nem realizou coletiva de imprensa, ocasião em que os dados eram apresentados e discutidos de forma transparente e pormenorizada. Por fim, a não realização da coletiva de imprensa representa uma postura de desprestígio da direção do INEP frente aos órgãos de imprensa e de obstrução do diálogo e o debate democrático com a sociedade, o que seria favorecido pela interação com os jornalistas, assim como uma maior publicização dos dados.

Microdados

Os microdados do Censo Escolar são historicamente divulgados pelo INEP e muito utilizados por pesquisadores e gestores para o estudo da educação brasileira e desenvolvimento de políticas públicas na área de educação. O INEP, porém, mudou o formato de divulgação dos microdados do Censo Escolar 2021

sob o argumento de se adaptar a regras impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados ¹⁵(LGPD), suprimindo nos arquivos divulgados boa parte das informações pormenorizadas do Censo Escolar sobre alunos e professores e com a promessa de que os microdados serão adequados e disponibilizados.

Apoiado por um parecer jurídico da Procuradoria Federal, o INEP entende que se a divulgação dos censos ou outras bases de dados da autarquia resultar em acesso, por terceiros, a microdados pessoais não anonimizados, ou que permitam a reidentificação de seus titulares, a divulgação não poderá ser realizada, de acordo com a LGPD. Por outro lado, a LAI (Lei de Acesso à Informação), em vigor há 10 anos, orienta os processos de transparência dos órgãos públicos, e determina, entre outras regras, a divulgação ativa de dados sobre programas e políticas públicas, muitas vezes dependente de informações que atualmente estão sendo omitidas.

Diante da repercussão negativa na mídia e manifestação de várias entidades educacionais, o INEP está planejando criar núcleos do Serviço de Acesso a Dados Protegidos (Sedap) *in loco*, por meio da disponibilização de ambiente seguro para acesso em outros estados, no âmbito das universidades federais, institutos federais, e centros federais de educação tecnológica. As informações protegidas não poderão ser copiadas, guardadas, retransmitidas ou compartilhadas com outros órgãos ou entidades públicas e privadas. A estratégia do INEP apenas “descentraliza” o problema, persistindo as limitações quanto à realização de análises e pesquisas apenas presencialmente, e segundo protocolos e procedimentos a serem definidos pelo INEP. Esta medida dificulta o acesso de pesquisadores que não residam próximos a essas instituições federais, ou que sejam de universidades estrangeiras, e que antes tinham acesso aos microdados diretamente na página do INEP. Além do mais, as informações não

¹⁵ Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018

poderão ser copiadas ou guardadas, dificultando muito o uso analítico das informações e o reuso para análises e cruzamentos com outras bases de dados.

Sem as informações pormenorizadas dos microdados do Censo Escolar, com os devidos cuidados para mitigar possibilidades de identificação nominal, dificulta-se uma análise profunda dos desafios educacionais brasileiros, como a evasão escolar durante o período da pandemia da Covid-19, e a elaboração de políticas públicas para enfrentá-los. Ademais, a realização de estudos sobre distorção idade-série, ou comparação entre desempenho de estudantes negros e brancos, por exemplo, ficam prejudicados. Em última instância, a indisponibilidade dos microdados do Censo Escolar dificulta sobremaneira a realização de uma avaliação da gestão do presidente Bolsonaro na área da educação.

6.2. Sistema Nacional De Avaliação Da Educação Superior (SINAES)

O Sinaes é composto pelo **Enade, avaliação de cursos de graduação e avaliação institucional**, que formam o tripé avaliativo que permite conhecer a qualidade dos cursos e instituições de educação superior brasileiras, bem como apoiar as decisões do processo regulatório. As instituições de ensino privadas e públicas federais estão compulsoriamente sujeitas ao Sinaes e, portanto, aos seus desdobramentos. A avaliação da educação superior, conduzida pelo Inep, e o processo regulatório, sob responsabilidade do MEC, estão estreitamente relacionados.

Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)

O Enade, por sua vez, é uma prova aplicada pelo Inep desde 2004 que busca avaliar os cursos de graduação a partir das habilidades e competências adquiridas pelos estudantes, conforme as diretrizes curriculares nacionais de cada área avaliada. A estrutura da prova do Enade é composta por uma parte de

formação geral, comum aos cursos de todas as áreas, e uma de componente específico, própria de cada área avaliada. A realização do exame é feita pelo Inep anualmente a estudantes das áreas selecionadas, garantida uma nova aplicação em tais áreas em um prazo de três anos.

A média dos conceitos dos cursos, obtidos pelas avaliações do Enade, reflete no conceito da instituição no Sinaes, bem como também é uma forma de projeção social, especialmente das instituições privadas, quando atingem boas notas. A nota do Enade é muito utilizada como estratégia de *marketing* das instituições privadas de ensino superior. Os resultados do Enade também são referência para o recebimento de recursos de vários programas de fomento do Governo Federal, como Prouni e Fies, destinados às instituições privadas, bem como também impactam no orçamento das universidades federais.

Na última edição do Enade em 2021¹⁶, a taxa de abstenção quebrou recordes, sendo de 24,6%, bem acima da taxa de 2017 referente à última aplicação para áreas semelhantes, que foi de 16%.

Além da alta abstenção, observamos também no Enade a necessidade de revisão técnica. Especialistas apontam falhas na elaboração do exame, uma vez que os resultados tecnicamente não podem ser comparados entre diferentes edições, tornando difícil avaliar se um curso melhorou ou piorou de qualidade em um percurso de tempo. O INEP participou de várias reuniões, a convite da ABMES¹⁷, para discutir os assuntos relacionados ao ENADE e à avaliação da educação superior, de forma geral. Por outro lado, na gestão Bolsonaro o INEP não organizou nenhum seminário técnico com a participação da comunidade de

¹⁶ Quanto ao bacharelado, foram avaliados em 2021 no Enade os concluintes e os cursos de ciência da computação, ciências biológicas, ciências sociais, design, educação física, filosofia, geografia, história, química e sistemas de informação. Entre os cursos de licenciatura, foram avaliados os de artes visuais, ciência da computação, ciências biológicas, sociais, educação física, filosofia, física, geografia, história, letras – português, letras – português e espanhol, letras – português e inglês, letras – inglês, matemática, música, pedagogia e química.

¹⁷ Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior Privado

especialistas em avaliação visando a revisão do Enade, por exemplo¹⁸ e não há previsão de solução do problema por parte do órgão.

Avaliações virtuais de cursos de graduação e de instituições de educação superior

A avaliação *in loco* de cursos de graduação e de instituições de ensino superior é conduzida pelo Inep e, por meio dela, é gerado o “Conceito do Curso” e o “Conceito Institucional”. Tradicionalmente, desde os anos noventa do século passado, as avaliações eram realizadas presencialmente, porém desde 2021 o Inep passou a realizá-las de modo virtual¹⁹, através da disponibilização prévia de relatórios, visitas e entrevistas virtuais

As avaliações virtuais começaram em abril de 2021 e até o final do ano aconteceram 3.686 avaliações, sendo 3.111 virtuais e 575 presenciais (específicas para a área da saúde). Em 2022, o INEP pretende realizar mais de 6,3 mil visitas virtuais. As avaliações virtuais têm implicações em atos formais de supervisão, como autorização e renovação de funcionamento de cursos de graduação e instituições de educação superior. É importante salientar que a rede privada representa aproximadamente 88% do total de faculdades e instituições universitárias no país, e cerca de 75% das matrículas, **portanto estas avaliações impactam mais fortemente o setor privado do que o setor público.**

Por se tratar de uma grande novidade que impacta fortemente a supervisão do ensino superior (especialmente do setor privado), o INEP deveria fazer uma profunda análise junto a especialistas em avaliação sobre estes procedimentos virtuais, porém não realizou seminário ou reunião técnica para debater o assunto e nem apresentou estudos com justificativas ou análise de

¹⁸ De acordo com o levantamento realizado na página oficial do INEP referente à agenda, de janeiro de 2019 a maio de 2022.

¹⁹ Com exceção de cursos da área de saúde.

custos e benefícios da opção - tampouco dos riscos que tal modalidade pode oferecer. Houve apenas um levantamento, que considerou se as instituições privadas “preferiam” o modelo virtual de avaliação com fins de supervisão, com 72% de aprovação²⁰, o que seria previsível diante da expectativa da avaliação virtual ser menos rigorosa do que uma avaliação presencial. Ou seja, o INEP não realizou diálogos, publicou pesquisas ou comunicou justificativas claras para essa mudança sem precedentes que tanto impacta a regulação do ensino superior (especialmente privado) no Brasil, apenas se preocupando em fazer uma pesquisa com as próprias instituições reguladas.

Interação com a comunidade de especialistas

Houve uma ausência de seminários técnicos com a comunidade de especialistas, sob a organização do INEP durante a gestão Bolsonaro, para discutir o aprimoramento do processo avaliativo da educação superior, tanto em relação à novidade das avaliações virtuais de cursos e instituições (mudança significativa de paradigma), como em relação aos desafios do Enade²¹.

Após extinguir a Comissão para Revisão dos Processos Avaliativos, composta por renomados especialistas por meio da Portaria 984, de 22 de novembro de 2019²², o INEP voltou atrás e, por meio da Portaria 784, de 3 de setembro de 2019²³, nomeou outros especialistas como membros da Comissão para Revisão dos Processos Avaliativos, Instrumentos e Técnicas de Coleta de Dados e Indicadores da Educação Superior. Porém, não consta nenhuma entrega

²⁰ Levantamento realizado em conjunto entre o INEP e a ABMES, que é uma associação de mantenedoras do ensino superior privado, junto às instituições privadas de ensino superior, em agosto de 2021.

²¹ Levantamento de informação a partir da análise do campo de notícias da página oficial do INEP desde o início da gestão Bolsonaro até final de abril de 2022 aponta que o INEP participou de várias reuniões a convite da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior Privado (ABMES) para tratar do tema da avaliação da educação superior, mas não consta o mesmo envolvimento junto à comunidade de especialistas em avaliação.

²² <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-inep-984-2019-11-22.pdf>

²³ <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-inep-784-2019-09-03.pdf>

desta Comissão, sequer a realização de qualquer reunião desta Comissão, o que indica a sua completa inatividade.

Ocupação de Cargos Estratégicos por Grupos Educacionais

Observamos que durante a gestão Bolsonaro representantes do grupo Mackenzie/instituições presbiterianas ocuparam (ou ainda ocupam) todos os cargos estratégicos relacionados à avaliação e supervisão do setor privado de educação superior, além do cargo máximo de Ministro da Educação, como Secretário da SERES/MEC²⁴, conselheiros do CNE²⁵ e da CONAES²⁶, além dos cargos de alto escalão do próprio INEP, conforme a lista abaixo. Trata-se de uma situação atípica este forte predomínio de um grupo educacional privado em cargos estratégicos no MEC e INEP, podendo acarretar em conflito de interesses entre órgão regulador e entidades reguladas.

Cargos ocupados por indivíduos ligados ao Grupo Mackenzie ou Instituições Presbiterianas:

- **Ministro da Educação:** Milton Ribeiro (10/07/2020 a 28/03/2022)
- **Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES/MEC** (responsável pela supervisão do setor privado): Danilo Dupas (14/08/2020 a 26/02/2021)
- **Presidente do INEP:** Danilo Dupas (26/02/2021 e ainda ocupa o cargo)
- **Chefe de Gabinete do INEP:** Alvaro Luis Parisi (15/09/2021 a 10/02/2022)
- **Diretor de Avaliação do Ensino Superior do INEP:** Alvaro Luis Parisi (10/02/2022 e ainda ocupa o cargo)
- **Conselheiros do Conselho Nacional de Educação:** Walter Eustáquio Ribeiro²⁷ e Alysson Massote Carvalho²⁸
- **Representante da CONAES:** Paulo Cesar Diniz de Araújo

²⁴ Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação

²⁵ Conselho Nacional de Educação

²⁶ Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES é o órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES

²⁷ Representante da Câmara de Educação Básica do CNE. Walter Ribeiro também é membro do Conselho Consultivo do INEP.

²⁸ Representante da Câmara de Educação Superior do CNE.

6.3. Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (REVALIDA)

O Revalida é um exame com a finalidade de revalidar os diplomas de médicos que se formaram no exterior e querem atuar no Brasil. Em sua primeira etapa eliminatória, acontece uma prova escrita objetiva, e na segunda etapa, há uma prova prática de habilidades clínicas.

O exame Revalida foi outra avaliação que sofreu com a morosidade e inadequação na tomada de decisões por parte da alta gestão, reforçando a ideia do desmonte institucional. Como parte essencial do processo avaliativo, são formadas duas comissões com profissionais médicos capacitados em avaliações educacionais, a Comissão Assessora de Avaliação da Formação Médica (CAAFM), responsável pela concepção do exame e montagem das provas, e a Comissão de Avaliação de Itens (CAI), responsável pela determinação da nota de corte no Revalida, conforme metodologia indicada pelo INEP. Para que ambas as comissões sejam bem-sucedidas, é necessário que sejam indicados profissionais médicos com adequado perfil técnico, e preparados para suas atividades em capacitações realizadas pelo INEP. Tradicionalmente, os nomes para compor a CAAFM e CAI são indicados com vários meses de antecedência, também para fins de capacitação prévia.

A presidência do INEP indicou profissionais apenas no dia 28 de julho do ano passado²⁹, pouco mais de um mês antes da primeira etapa do exame, e 5 meses antes da segunda fase, etapa prática do Revalida. Além disso, até 5 semanas antes da 2ª etapa do exame, não havia acontecido nenhuma reunião com todos os médicos referidos e a segunda etapa, com situações médicas simuladas e planejadas previamente, não estava pronta.

²⁹ Através da Portaria nº 278, de 28 de julho de 2021

Além do descumprimento dos prazos, também houve total reestruturação da composição da CAAFM (com médicos da comissão sendo desligados arbitrariamente pela presidência do INEP). A maior parte dos nomeados não possuía experiência prévia com o exame, além de alguns possuírem currículos incompatíveis com a função a ser realizada³⁰. Devido à falta de tempo hábil, estes médicos também não passaram por capacitação do INEP para integrarem a CAAFM. Houve também indisponibilidade e quantidade insuficiente de médicos nomeados para a CAI, causando riscos para a qualidade do exame Revalida. Em relação à CAI, por exemplo, dos nove médicos nomeados, apenas três possuíam disponibilidade para se reunir no início de dezembro, considerando que o exame aconteceria no início da segunda quinzena do mesmo mês.³¹

A falta de tempo para a avaliação técnica do Revalida levou à insegurança em relação às questões, resultando na anulação de questões objetivas da primeira etapa, aumentando o custo do exame. Na prova de 2021, 12 questões foram anuladas, maior número em relação a edições passadas, nas quais as anulações eram raras.

O Revalida, portanto, teve sua qualidade comprometida durante a gestão do INEP no governo Bolsonaro, e os servidores trabalhando diretamente com o exame sofreram com a insegurança causada pela morosidade e inadequação na tomada de decisões por parte da alta gestão e pela alta carga de trabalho em razão dos apertados cronogramas.

³⁰ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/11/13/documento-do-inep-alerta-que-aplicacao-do-revalida-2021-encontra-se-sob-alto-risco-de-nao-realizacao.ghtml>

³¹ <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/brasil/crise-no-inep-falta-de-assessoria-medica-e-prazo-curto-poem-revalida-em-risco/>

6.4. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

A Portaria nº 438, de 28 de maio de 1998, instituiu o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como procedimento de avaliação do desempenho do estudante. Em 2009, o ENEM foi enfim transformado em exame de seleção nacional de estudantes para o acesso ao ensino superior, sendo atualmente o principal exame que cumpre essa função. A má gestão do ENEM, portanto, impacta a entrada de milhões de estudantes no ensino superior.

A elitização do ENEM

O ENEM é um dos maiores exames aplicados em todo o mundo. É preocupante, porém, a significativa taxa de abstenção do ENEM 2020, chegando a 55%, e a alta redução no número de inscritos do ENEM 2021, que teve apenas 3 milhões de inscritos, em um exame que já contou com mais de 8,7 milhões de inscritos. É alarmante também a diminuição significativa dos participantes do ENEM digital 2021 que contou com apenas 68 mil inscritos, já que a proposta deste modelo consiste na progressiva digitalização do exame ao longo dos anos. As altíssimas taxas de abstenção neste modelo do exame em 2020 e 2021, chegando a alcançar 70%, também preocupam. Além do mais, é necessária atenção ao perfil da composição dos alunos que realizam o exame, especialmente no que tange à raça e à classe social, já que o ENEM é um importante instrumento de acesso ao ensino superior, principalmente para estudantes negros e de baixa renda. O exame de 2021, por exemplo, teve a maior proporção de inscritos brancos, a menor de pretos, pardos e indígenas, e a menor dos com renda abaixo de 1,5 salário mínimo dos últimos 10 anos. O ENEM de 2021 foi, portanto, o mais elitista da história.

O atraso na elaboração do Novo ENEM e suas novas matrizes de referência e a falta de diálogo com especialistas sobre o tema

A Lei nº 13.415/2017³² estabelece mudanças significativas no ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022)³³ e definindo uma nova organização curricular, mais flexível e que contemple a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A Lei também determina a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. Em 2022 iniciou-se a implementação do Novo Ensino Médio em todo o país, com as turmas de primeiro ano, e em 2024 está prevista a conclusão do ciclo completo de três anos do ensino médio de milhares de turmas. Portanto, em 2024, o novo ENEM deve ser aplicado em todo o país a partir desse novo modelo de Ensino Médio a ser adotado em sua completude. Ainda há diversas indefinições sobre o Novo ENEM, o que traz insegurança e incertezas para a comunidade educacional, já que a implementação do novo ensino médio já foi iniciada e a preparação dos estudantes para o novo exame precisa ocorrer. Além disso, há perigos em relação ao cumprimento dos prazos e, conseqüentemente, à realização bem-sucedida desse novo exame.

Uma das principais indefinições sobre o Novo ENEM são as matrizes de referência, utilizadas normalmente em avaliações de larga escala para definir os fundamentos teóricos e técnicos dos testes/questionários. A matriz do ENEM deve indicar claramente o conjunto de objetos de conhecimento essenciais que devem nortear as questões em cada uma das etapas da avaliação e respectivas provas, conforme as competências e habilidades das áreas a serem avaliadas, de acordo com a BNCC. As matrizes que correspondem às habilidades e

³² Lei do Novo Ensino Médio

³³ A carga horária mínima anual deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas.

competências da Base Nacional Comum Curricular e ao novo ensino médio precisam ser desenvolvidas até o final de 2022 conforme art. 7 da portaria MEC nº 521 de 13/07/2021, porém essa fase do trabalho técnico está muito atrasada por parte do INEP³⁴. Além disso, não há notícias de que o órgão tenha dado início à escuta ativa com especialistas em avaliação em relação a este tema. Assim, a versão preliminar das matrizes das quatro áreas de conhecimento para a formação geral básica e os itinerários formativos, prevista para 2021, ainda não foi apresentada.

É importante ressaltar a complexidade do novo ENEM, a ser aplicado em 2024, considerando que o exame será dividido em duas etapas/provas, em dois dias, ainda em discussão no MEC e no INEP. A segunda prova/etapa será especialmente complexa, pois fará a avaliação da parte flexível e mais inovadora do novo ensino médio, que são os itinerários formativos. É essencial a participação da comunidade de especialistas neste debate, e o INEP não vem avançando nesse quesito, não tendo feito nenhum seminário técnico para discussão do novo ENEM, por exemplo. O Conselho Nacional de Educação atualmente atua como protagonista nas discussões técnicas relativas ao novo ENEM, mas o MEC, além de negligenciar a interlocução com especialistas e não liderar a discussão sobre o novo ENEM, não está se apropriando adequadamente dos insumos e recomendações do Conselho.

Inseguranças e indefinições sobre como incorporar a abordagem dos itinerários formativos no modelo avaliativo do novo ENEM podem fazer com que esta ideia inovadora do novo ensino médio seja esvaziada logo de início. Se não houver o quanto antes uma orientação técnica clara para a sociedade sobre como será tratada a questão dos itinerários na segunda etapa/prova do novo ENEM, o principal alicerce de diversificação e flexibilização do novo ensino médio pode ser

³⁴ Até a data de elaboração deste relatório, 20 de maio de 2022.

abalado, uma vez que as avaliações são um farol de referência para as práticas educacionais.

Além da elaboração das matrizes de referência, discussão sobre os itinerários formativos, e diálogo com especialistas, outra questão a ser observada em relação à aplicação do ENEM em 2024 refere-se àqueles que forem realizar o exame já tendo concluído o ensino médio em anos anteriores, ou seja, não tendo passado pela experiência do novo ensino médio. Nas últimas edições do ENEM, em média apenas 30% dos que realizaram o ENEM estavam cursando o último ano do ensino médio à época, como concluintes. Portanto, em geral, a maioria dos inscritos no ENEM são pessoas que já concluíram o ensino médio. É necessário que o INEP planeje o novo ENEM de forma a considerar também essas pessoas.

Banco Nacional de Itens (BNI)

O Banco Nacional de Itens (BNI) fornece insumos para as diversas avaliações e exames desenvolvidos pelo INEP, com destaque para o ENEM e SAEB, buscando assegurar acesso a itens de qualidade, elaborados e revisados para cada instrumento de medição. A manutenção, atualização e ampliação de um banco de itens oferece subsídios indispensáveis para a construção dos testes e questionários de avaliações em larga escala. Os itens do BNI do INEP precisam ter comprovada qualidade técnico-pedagógica e psicométrica para compor avaliações e exames em larga escala, e são utilizados para a elaboração das provas do ENEM.

A manutenção do BNI depende da entrada e da renovação constante de itens de qualidade. Para tanto, educadores e pesquisadores da educação brasileira são chamados a colaborar nessa construção, elaborando itens que possam fazer parte desse banco, sob a coordenação técnica do INEP. As questões do BNI são feitas por especialistas (professores e pesquisadores com formação

específica em cada área do conhecimento) selecionados a partir de chamadas públicas periódicas do INEP.

O BNI foi atualizado em todos os governos, com exceção do governo atual, já que a última atualização de itens do BNI se deu em 2018 e o Banco está com grave escassez de questões. Por este motivo, inclusive, não houve questões no ENEM sobre temas atuais nas últimas edições, como a pandemia do COVID-19. A repescagem de itens compromete a seleção de boas questões e a qualidade das próximas edições do ENEM de 2022 e 2023, que não serão do mesmo nível dos exames anteriores.

Como alternativa, o INEP avalia reutilizar itens de edições passadas e até mesmo considerou a terceirização do BNI. Sobre o primeiro ponto, como revelado por um documento interno do INEP divulgado na imprensa³⁵, a proposta de reutilização de itens passados foi apresentada por coordenadores e diretores do órgão sem perfil técnico ou experiência prévia com montagem e aplicação do ENEM. Esse projeto quebra os princípios que têm historicamente guiado a elaboração do exame, como segurança, ineditismo e sigilo, além de trazer riscos de judicialização e potencialmente encorajar uma indústria concurseira no Ensino Médio, já que estudantes serão incentivados a apenas treinar questões de exames anteriores.

Além do BNI ter sofrido com a incompetência do MEC, sofreu também com censura ideológica. Em 2019, o então presidente do INEP criou uma comissão que fez uma varredura no Banco. Informações da época apontam que 66 questões teriam sido censuradas³⁶. Foram vetados itens que abordavam diversos temas, como ditadura militar, gravidez na adolescência e feminismo, com justificativas de que “geravam polêmicas desnecessárias”. O objetivo era excluir itens

³⁵ <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/03/29/inep-propoe-repetir-questoes-enem-2022.htm>

³⁶ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2021/11/19/enem-com-a-cara-do-governo-e-mais-elitizado-as-polemicas-envolvendo-o-exame-de-2021.htm>

“inadequados ideologicamente ao governo Bolsonaro”. Também são prejudiciais as tentativas de dirigentes de avaliarem as questões do ENEM, o que é muito danoso para a confiabilidade, qualidade e segurança do exame.

6.5. Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é um conjunto de avaliações externas em larga escala do INEP que permite a avaliação e monitoramento da qualidade da educação básica e das metas nacionais de educação, além de providenciar orientação às políticas públicas desse nível de ensino. Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o SAEB reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados.

As médias de desempenho dos estudantes, apuradas no SAEB, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB é um indicador criado pelo governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas, estabelecendo metas a serem alcançadas.

O SAEB é realizado desde 1990, e passou por várias modificações até chegar ao formato atual. No decorrer destes anos sempre teve uma participação expressiva de estudantes. Por exemplo, a edição de 2017 contou com 5.458.065 participantes e a de 2019 teve 5.660.208 estudantes. O IDEB, por sua vez, foi criado em 2007 e, desde então, é divulgado a cada dois anos. A divulgação do IDEB 2021³⁷ está prevista para o segundo semestre deste ano.

³⁷ Na última edição do SAEB/2021, foram aplicados testes de língua portuguesa e matemática para estudantes de 2o, 5o e 9o anos do ensino fundamental. Uma amostra de estudantes do 9o ano também fez testes de ciências humanas e ciências da natureza. No ensino médio, foram aplicados testes de língua portuguesa e matemática para estudantes das 3a e 4a séries do ensino médio tradicional e integrado.

Provável não divulgação dos resultados do SAEB e do IDEB e o impacto no monitoramento da educação brasileira e na alocação de recursos do FUNDEB

A portaria MEC, nº 250, de 5 de julho de 2021³⁸, estabeleceu as diretrizes de realização do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para o ano de 2021. A aplicação dos instrumentos avaliativos do SAEB ocorreu no período entre 8 de novembro e 10 de dezembro de 2021, com a previsão de avaliação de cerca de 6,8 milhões de estudantes e 116 mil escolas.

É importante ressaltar que, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 13.005/2014, que é a lei do Plano Nacional de Educação, os indicadores de rendimento escolar que serão produzidos pelo SAEB deverão ser construídos com base no desempenho dos estudantes, apurado em exames de avaliação, com a participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos estudantes de cada ano escolar avaliado em cada escola³⁹. A portaria MEC nº 250/2021⁴⁰ reforça este entendimento em seu art.19.

A morosidade na tomada de decisões por parte da alta gestão do INEP prejudicou a realização do SAEB nos prazos mais adequados. Por exemplo, o contrato com a Instituição Aplicadora do SAEB foi publicado em diário oficial apenas dia 02/09/2021, sendo a data prevista para o início da prova sendo dia 08/11/2021. Além disso, em 2021 o INEP atrasou o cronograma da entrega das provas do SAEB aos estados e municípios, o que dificultou a organização destas redes para a aplicação da prova e adesão dos alunos, e aplicou o SAEB próximo ao período do ENADE e do ENEM, como nunca antes ocorrido.

Estes e outros problemas da gestão do INEP podem apontar que a edição do SAEB 2021 não atingiu, pela primeira vez, o mínimo necessário de 80% de

³⁸ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-250-de-5-de-julho-de-2021-330276260>

³⁹ Esta medida visa se opor à manipulação de resultados por meio da seleção intencional de participantes.

⁴⁰ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-250-de-5-de-julho-de-2021-330276260>

estudantes para a divulgação dos seus resultados. A não divulgação dos resultados do SAEB impediria uma avaliação diagnóstica acerca dos problemas de aprendizagem em decorrência do período da pandemia do Covid-19. Seria inclusive muito importante que estes resultados fossem divulgados até julho próximo, para justamente apoiar as redes de ensino e escolas na recomposição de aprendizagens no segundo semestre de 2022, mas o MEC ainda não indicou prazo para divulgação.

Caso os resultados do SAEB não venham a ser divulgados pelo INEP em 2022, a publicação dos resultados do IDEB seria comprometida e causaria o encerramento da sua série histórica, o que seria extremamente prejudicial para o monitoramento das políticas educacionais. O MEC instituiu um GT para a revisão do IDEB⁴¹, mas até o momento não se pronunciou sobre qualquer tipo de mudança no exame, o que gera insegurança em toda a comunidade educacional.

Ademais, a lei do Fundeb (Lei nº 14.113/2020) estabelece uma nova regra que considera as pontuações do SAEB como uma das métricas para ajudar a tornar as alocações de recursos mais equitativas entre as diferentes redes de ensino. Assim, de acordo com a Lei do Novo Fundeb, a complementação VAAR⁴² será distribuída às redes públicas de ensino que cumprirem determinadas condicionalidades e apresentarem melhoria em indicadores. Dentre as condicionalidades, observa-se “a redução das desigualdades educacionais e raciais medidas nos exames nacionais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)”.

Sobreposição de papéis do MEC e do INEP nas Discussões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

⁴¹ Portaria MEC nº 445, de 25 de junho de 2021

⁴² VAAR – Complementação do Valor Anual por Aluno

Reformulações no SAEB e no ENEM precisam ser consideradas em conjunto para que não haja dúvidas sobre o papel de cada avaliação ou sobreposição de atribuições. O ENEM é uma avaliação cujo principal propósito é o acesso ao ensino superior, já o SAEB visa a avaliação do sistema educacional. Portanto, ambos possuem propósitos distintos. Qualquer discussão técnica, por exemplo, sobre ampliações de anos e séries escolares nas avaliações do SAEB e do ENEM, precisa considerar as contribuições da comunidade de especialistas, e o entendimento destes exames como parte de um sistema de avaliação.

É necessário também que os papéis do MEC e do INEP nessa discussão estejam bem definidos. Na gestão do governo Bolsonaro, o INEP vem perdendo protagonismo, considerando que os Grupos de Trabalho⁴³ que foram criados para a revisão do SAEB e do ENEM são coordenados pela Secretaria de Educação Básica do MEC, com participação secundária do INEP. O INEP é um órgão técnico altamente qualificado, que sempre esteve à frente das discussões sobre as avaliações da educação básica, e deveria ter um papel de liderança técnica nos GTs de revisão do SAEB e do ENEM.

6.6. Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) foi instituído pela Portaria nº 2270 de 14 de agosto de 2002⁴⁴ como “instrumento de avaliação para aferição de competências e habilidades de jovens e adultos em nível do Ensino Fundamental e do Ensino Médio”. O ENCCEJA possibilita a classificação na correção do fluxo escolar, fornece indicadores para a avaliação de políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos,

⁴³ Instituídos, respectivamente, pela Portaria MEC nº 445, de 25 de junho de 2021 e pela Portaria MEC nº 411, de 17 de junho de 2021.

⁴⁴ https://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legistacao/2002/portaria2270.pdf

entre outras disposições. O exame é realizado pelo INEP em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação.

O ENCCEJA desempenha papel fundamental não apenas para mensuração da recuperação de aprendizagem de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Ensino Médio na idade adequada, mas também como ferramenta para que possam ter um certificado e assim acessar oportunidades profissionais correspondentes às competências e habilidades que de fato possuem.

Segundo dados do INEP, o ENCCEJA em 2022 contou com 1.607.575 inscritos. As taxas de ausência, todavia, impressionam. Dos 297.531 inscritos para Ensino Fundamental, apenas 46.864 compareceram, o que significa uma taxa de 84,2% de abstenção. Dos 1.310.044 inscritos para Ensino Médio, 416.694 compareceram, menos da metade, resultando em uma taxa de abstenção de 68,2%.

Mesmo os estados com menores taxas de abstenção do Ensino Fundamental, como Paraná e Rio Grande do Sul, ainda apresentam uma taxa consideravelmente elevada (de 80,3% e 81,2% respectivamente). **Nota-se ainda que quatro dos cinco estados com as maiores taxas de abstenção encontram-se na Região Norte.**

Vale destacar que parcela significativa dos inscritos concentra-se nas faixas salariais de até 1 salário mínimo e de 1 a 3 salários mínimos. Dados de 2019 apontam que aproximadamente **86% dos participantes que aplicam para certificação de Ensino Fundamental ou para Ensino Médio encontram-se em uma dessas faixas salariais.**

Em relação ao Ensino Médio, mais uma vez vemos resultados ruins, com taxas de abstenção chegando a 71%, apesar de um pouco melhores do que

aqueles do Ensino Fundamental. Os estados mais ricos também apresentam taxas de abstenção significativamente menores do que aquelas observadas nos estados mais pobres, o que demanda especial atenção do Ministério da Educação. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, por exemplo, as taxas de abstenção são de 64%, enquanto que no Acre chega a 77%.

O MEC, de fato, constituiu um grupo de trabalho para tratar do ENCCEJA (e também do ENEM)⁴⁵, mas tal grupo se mostra inoperante para tratar deste exame. Analisando as atas das reuniões realizadas por este grupo, notamos, na verdade, que **o ENCCEJA vem sendo sistematicamente negligenciado nessas reuniões, não integrando a pauta de nenhuma das 8 reuniões**⁴⁶, que tratam majoritariamente do ENEM, de acordo com informações que constam no Ofício nº 290/2022, do MEC.

6.7. *International Civic and Citizenship Education Study (ICCS)*

O ICCS (*International Civic and Citizenship Education Study*) é uma avaliação internacional de educação para o civismo e a cidadania, que investiga os caminhos em que os estudantes do final do ensino fundamental são preparados para lidar enquanto cidadãos em um mundo em que o contexto da democracia e da participação social estão em contínua transformação. Esta avaliação é conduzida pelo IEA (*International Association for the Evaluation of Educational Achievement*). A pesquisa foi inicialmente implementada em 2009 e envolve mais de sessenta países, com a participação de estudantes e professores da educação básica. Por fim, contribui para o monitoramento do atingimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas junto à meta 4.7, que diz que os alunos

⁴⁵ Portaria MEC nº 411 de 17 de junho de 2021

⁴⁶ O ENCCEJA não foi pauta das reuniões de 23 de julho de 2021, 30 de agosto de 2021, 29 de outubro de 2021, 16 de novembro de 2021, 26 de novembro de 2021, 3 de dezembro de 2021, 10 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022.

devem adquirir habilidades por meio de uma educação de qualidade que promova “uma cultura de paz e não violência, cidadania global, valorização da diversidade cultural”.

O Inep decidiu participar das edições do ICCS em 2020 e, desde então, apresentou dificuldades para o cumprimento dos requerimentos da pré-aplicação, de modo que desistiu de realizar o pré-teste em maio de 2022, conforme estava previsto, depois de quase dois anos de tramitação. O pré-teste é uma etapa de conhecimento prévio operacional dos processos, procedimentos e instrumentos de aplicação. Estava prevista a contratação de empresa/instituição especializada na prestação de serviços para operacionalização da aplicação do pré-teste e da aplicação principal da avaliação em larga escala do ICCS 2022. Cabe dizer que o INEP já gastou R\$ 1,5 milhão nesta avaliação, referente a taxas de participação junto ao IEA – dinheiro público que não será recuperado.

O ICCS tem duas etapas: o pré-teste, que seria em maio deste ano, e a avaliação principal, marcada para setembro. Sem a fase do pré-teste, que seria realizada agora em maio, a realização da avaliação que seria em setembro ficaria prejudicada, segundo interpretação de técnicos e especialistas. A avaliação principal, em setembro, teria a participação de 225 escolas de todos os Estados, em um total de 10 mil estudantes do 8º ano, de escolas públicas e particulares. Segundo documento interno do INEP divulgado na imprensa⁴⁷, o INEP já comunicou a desistência da participação do Brasil no ICCS em razão da dificuldade do cumprimento do cronograma. A IEA, organização que aplica o ICCS, classificou como decepcionante a posição do órgão.

⁴⁷<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,ong-que-reuniu-empresarios-para-adotar-escolas-cresce-e-quer-recuperar-aprendizagem-no-pos-pandemia,70004066758>

A ineficiência da gestão de educação no governo Bolsonaro causou, no caso do International Civic and Citizenship Education Study, um gasto desnecessário de dinheiro público, o constrangimento na comunidade internacional, e não avaliará os estudantes brasileiros (e conseqüentemente a educação brasileira) em relação à cidadania e civismo.

6.8. Estudos e pesquisas

A Diretoria de Estudos Educacionais desenvolve estudos relacionados a temas educacionais e de interesse das políticas públicas do MEC, publica artigos, pesquisas, e monitora o Plano Nacional de Educação. Por ser uma diretoria focada em estudos, é altamente técnica e complexa, com servidores bem qualificados. Na gestão Bolsonaro, a DIREED sofreu com dirigentes inexperientes, como já abordado no capítulo sobre Recursos Humanos, com a censura e a autocensura, e com a falta de diálogo com a comunidade educacional.

Censura e autocensura

Um caso muito repercutido na imprensa foi o da censura do artigo “Avaliação Econômica do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa” de autoria do servidor do INEP Alexandre Santos⁴⁸. O artigo avaliava e traçava conclusões positivas sobre o PNAIC, política pública bandeira do governo Dilma e descontinuada no governo Bolsonaro, e já havia sido aprovado pela área técnica e submetido a avaliador externo ao INEP, portanto cumprindo o rito necessário para a publicação. A protelação sem razão técnica para tal levou o autor a encaminhar um requerimento ao presidente do INEP mas a justificativa para a não publicação do artigo foi de que, por iniciativa da então diretora da DIREED, seria criado um “comitê editorial”, não previsto no manual editorial do

⁴⁸<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/05/governo-barra-artigo-do-inep-que-aponta-evidencia-positiva-de-pacto-de-alfabetizacao-do-pt.shtml>

INEP, para uma nova avaliação. Esta nova avaliação não veio a acontecer, e o artigo não foi publicado.

A criação de estruturas burocráticas estranhas ao procedimento usual, mudança de regras ou substituição de normas escritas por regras informais, são alguns dos mecanismos que vêm sendo utilizados no INEP para o constrangimento de servidores, especialmente na área de estudos e pesquisas. De acordo com informações internas, no governo atual, só se publica o que se acha adequado, enquanto nas diferentes gestões anteriores os resultados de pesquisas e estudos eram geralmente publicados independentemente de concordância da alta gestão. A tradição democrática de excelência do INEP vem, portanto, sendo ameaçada.

Além da censura institucional, o clima organizacional na DIRED na gestão Bolsonaro encoraja a autocensura. Há relatos de servidores que retiraram citações de Paulo Freire de suas publicações, por exemplo, ou que decidiram pesquisar e tratar de temas considerados mais polêmicos como pesquisadores em instituições e universidades externas, e não como servidores do INEP, com o objetivo de evitar maiores problemas com a alta gestão. A limitada autonomia técnica dos servidores, que muitas vezes se antecipam à censura externa através da autocensura, e o clima organizacional de cerceamento impactam diretamente nos estudos e pesquisas tão importantes para subsidiar políticas públicas educacionais, e criam um ambiente desfavorável ao desenvolvimento da ciência e do conhecimento.

Falta de diálogo com a comunidade educacional

Uma das mais importantes atribuições da DIRED é o monitoramento do Plano Nacional de Educação. Tradicionalmente, o lançamento do monitoramento é feito de forma a disseminar amplamente os achados através de um evento de pelo menos dois dias, com transmissão e que se desdobra sobre os detalhes da

pesquisa. No lançamento do monitoramento do PNE de 2020, porém, o evento teve uma hora de duração (é difícil conceber que tenha havido profundidade, considerando que são 20 metas) e contou com a participação de poucas pessoas de fora do INEP. O debate, que é costumeiro, não aconteceu, e a publicidade dos achados foi consideravelmente menor. Nas gestões anteriores, havia a divulgação dos indicadores, relatórios preliminares, e os eventos geralmente eram úteis para a revisão do relatório, com especialistas, profissionais da área de políticas públicas, secretários, entre outros. Por iniciativa do Fórum Nacional de Educação foi realizado um evento de três dias para debater o monitoramento do PNE de 2020 com o objetivo de conseguir um debate público mais ampliado sobre os resultados.

Este é apenas um dos exemplos dos impactos da falta de diálogo com a comunidade educacional presente na DIREC. O diálogo através de seminários, debates, fóruns e coletivas de imprensa, antes tão frequente e natural principalmente em uma área de estudos, na gestão Bolsonaro do INEP se tornou incomum, com sérios prejuízos para os avanços das políticas educacionais que pedem uma construção coletiva da comunidade educacional e uma discussão pública mais regular e ampla.

7. Conclusão

Observamos que, em apenas três anos e cinco meses, o desmonte institucional ocorre em uma magnitude veloz e preocupante em uma instituição educacional de grande reputação como o INEP, de forma semelhante ao desmonte que vêm ocorrendo em tantas outras instituições nesta atual gestão Bolsonaro, como, por exemplo, o IBAMA, ICMBIO, Fundação Cultural Palmares, IBGE, FUNAI, INCRA, etc. Como descrito na Nota houve ao longo da atual gestão a nomeação de dirigentes desqualificados ou desalinhados com a função do órgão, somado a uma grande rotatividade na ocupação das funções além de

imposição de um clima de perseguição e controle ideológico no órgão. A tais fatores de ordem de gestão institucional, adiciona-se a escassez de recursos orçamentários sem precedentes. O resultado, como se vê, já é sentido: ineficiência na gestão e preparação das avaliações, descontinuidade dos trabalhos, precariedade na coleta e na divulgação dos estudos e falta de diálogo e de transparência no trato com a sociedade e com a comunidade científica.

Para preservar o funcionamento de instituições tão relevantes para o funcionamento do Estado brasileiro, apontamos como um caminho fundamental a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição - PEC 27/2021, através da qual o INEP passará a ser uma instituição permanente de Estado. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 27/2021, apresentada pela senadora Leila Barros (PDT-DF), assegura autonomia técnica, administrativa, financeira, orçamentária e patrimonial às instituições responsáveis pela produção das estatísticas nacionais, das avaliações, da qualidade da educação e das análises das políticas públicas, dentre as quais o INEP.

A autonomia abrangeria não somente o INEP, mas também o IBGE e o IPEA⁴⁹, como órgãos essenciais ao desenvolvimento nacional, uma vez que a qualidade e confiabilidade das informações e análises produzidas por estes órgãos são indispensáveis para a formulação e avaliação das políticas públicas. Estas entidades responsáveis pela produção das estatísticas nacionais, das avaliações acerca da qualidade da educação e das avaliações das políticas públicas são definidas na PEC como instituições permanentes de Estado.

A PEC 27/2021 também orienta a criação nas instituições supracitadas de carreiras e cargos reconhecidos como típicos de Estado, e mandato de quatro

⁴⁹ Duas emendas foram protocoladas para incluir no rol de instituições permanentes de Estado também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior- CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

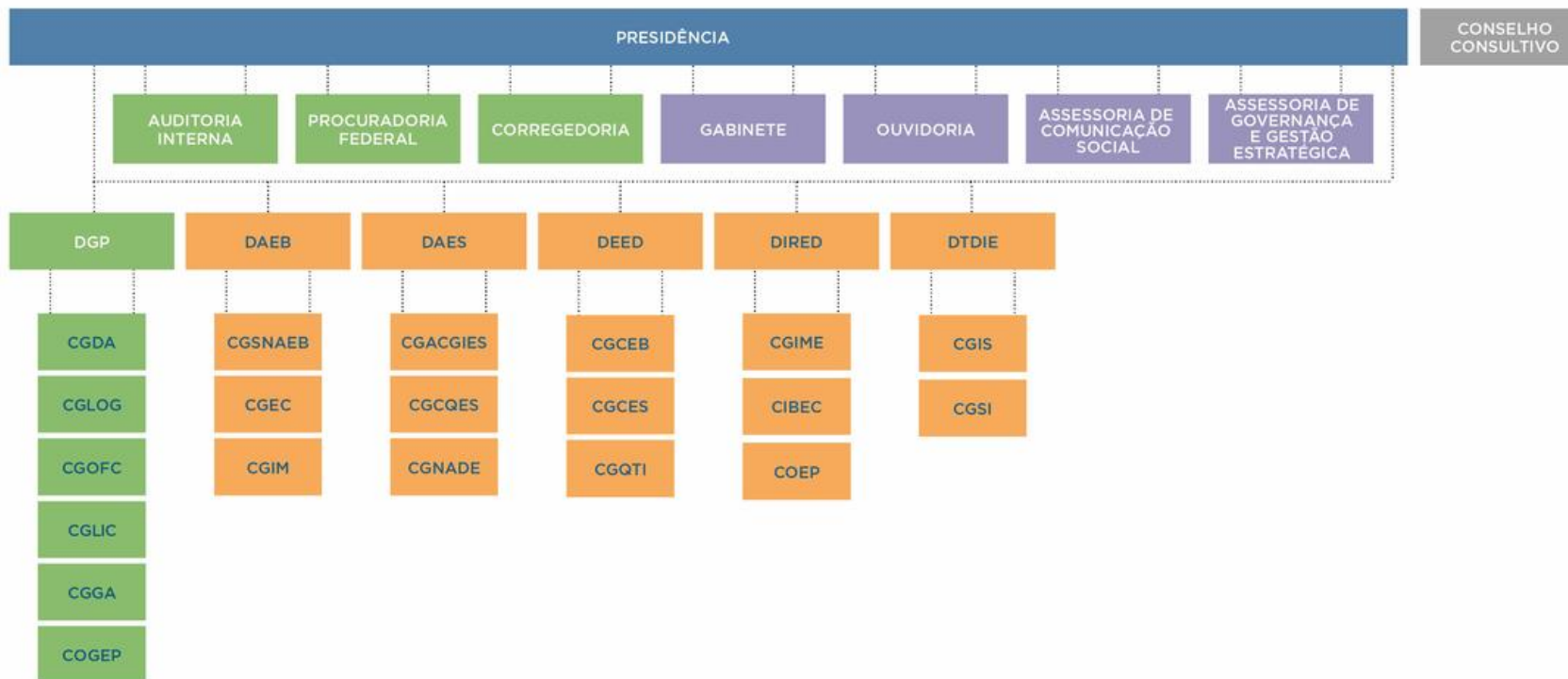
anos a seus dirigentes, podendo ser reconduzidos uma única vez, indicados segundo critérios técnicos estabelecidos em leis complementares e nomeados pelo Presidente da República, após arguição pública e aprovação do Senado Federal.

Diante da grande instabilidade, ingerência política e descontinuidade administrativa que observamos no INEP nos últimos anos, o que coloca em xeque a qualidade, a tempestividade e a confiabilidade das informações, análises e avaliações produzidas pelo Instituto, ressaltamos como essencial a garantia da autonomia plena ao INEP, como instituição permanente de Estado.

O INEP precisa ser preservado da imprevisibilidade e do casuísmo de dirigentes, especialmente dos que não apresentam a qualificação técnica necessária para conduzir um instituto tão complexo de estudos, produção de informações, e realização de avaliações, o que infelizmente vem acontecendo nos últimos anos, a partir da gestão do governo Bolsonaro. A PEC 21/2021 é um passo essencial para o fortalecimento técnico do INEP e que, uma vez aprovada no Senado, possa também ser aprovada na Câmara dos Deputados e, assim, ser promulgada no Congresso Nacional ainda no presente ano.

8. Anexo I - Estrutura Organizacional do INEP

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



- Órgãos de assistência direta e imediata ao presidente
- Órgãos seccionais
- Órgãos específicos singulares
- Órgão colegiado

CGACGIES – Coordenação-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e das Instituições de Ensino Superior
 CGCEB – Coordenação-Geral do Censo da Educação Básica
 CGCES – Coordenação-Geral do Censo da Educação Superior
 CGCQES – Coordenação-Geral de Controle de Qualidade da Educação Superior
 CGDA – Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Aplicação
 CGEC – Coordenação-Geral de Exames para Certificação
 CGENADE – Coordenação-Geral do Enade
 CGGA – Coordenação-Geral de Gestão Administrativa
 CGIM – Coordenação-Geral de Instrumentos e Medidas

CGIME – Coordenação-Geral de Instrumentos e Medidas Educacionais
 CGIS – Coordenação-Geral de Infraestrutura e Serviços
 CGLIC – Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
 CGLOG – Coordenação-Geral de Logística da Aplicação
 CGOFC – Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
 CGQTI – Coordenação-Geral de Controle de Qualidade e Tratamento da Informação
 CGSI – Coordenação-Geral de Sistemas de Informação
 CGSNAEB – Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

CIBEC – Centro de Informação e Biblioteca em Educação
 COEP – Coordenação de Editoração e Publicações
 COGEP – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
 DAEB – Diretoria de Avaliação da Educação Básica
 DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior
 DEED – Diretoria de Estatísticas Educacionais
 DGP – Diretoria de Gestão e Planejamento
 DIRED – Diretoria de Estudos Educacionais
 DTDIE – Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais

Gabinete Compartilhado

Sen. Alessandro Vieira

Dep. Tabata Amaral

Dep. Felipe Rigoni

Chefe de Gabinete

Pepe Tonin

Analista de Políticas Públicas

Daniel Ximenes

Assistente de Políticas Públicas

Carolina Lindquist